

MESAS DE APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Quinta Feira, dia 10.11, 10h45 às 12h45

Sala A1 -

Coordenador: Eduardo Vizer

Autor: Adilson Vaz Cabral Filho

Co-Autora: Eula Dantas Taveira Cabral (Centro Universitário da Cidade/UniverCIDADE)

Instituição: Universidade Federal Fluminense (UFF)

Título: A contribuição da apropriação social das TICs para viabilizar uma Lei de Comunicação Social democrática no Brasil

Resumo:

Este artigo visa compreender a importância da apropriação social das TICs – tecnologias de informação e comunicação - no contexto da formulação e efetivação de uma Lei de Comunicação Social em curso no país. Parte de uma pesquisa bibliográfica e documental, de base descritiva, salientando a importância da consolidação de valores democráticos no contexto das regulações para o setor, bem como uma necessidade cada vez mais crescente de envolvimento e participação da sociedade civil. Diante das recentes transformações no cenário das tecnologias de informação e comunicação (TICs), as leis que regulam o setor de radiodifusão se tornam, em grande parte, obsoletas ou inapropriadas devido aos diversos recursos e serviços já disponibilizados, em especial o Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962, modificado em 1967, e mesmo a recente Lei Geral de Telecomunicações, de 1997, que não contemplavam a convergência entre setores anteriormente distintos, como as telecomunicações, a informática e a televisão ou ainda a portabilidade, a multimídia e serviços diversos por transmissão de dados. A necessidade de estabelecer marcos regulatórios adequados para o desenvolvimento adequado do setor aponta uma série de desafios a serem resolvidos: a coibição da formação de monopólios e oligopólios, bem como a propriedade cruzada; o estímulo à pluralidade e à diversidade cultural na programação, incrementando e incentivando produções regionais e da sociedade civil. Da mesma forma, valores como participação, pluralidade, horizontalidade, interação e dialogicidade precisam ser contemplados, considerando uma lei que regule, atualize e impulse o setor e constitua, efetivamente, uma comunicação que se pretende, por direito, democrática. Esse artigo procura, portanto, analisar o processo de debates e tomada de decisões em torno da elaboração da Lei de Comunicação Social, efetivado em 2005, que contempla a articulação de um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) e um Conselho Consultivo, formado por integrantes da sociedade civil, oriundos de associações corporativas e ligadas ao movimento de comunicação. Palavras-chave Apropriação social das TICs – políticas de comunicação – Lei de Comunicação Social

Autor: Ana Isabel Segovia Alonso

Instituição: Universidad Complutense de Madrid

Título: Legislación y Industria Mediática en España (1980-2005)

Resumo:

La ponencia versa sobre la interpretación de la evolución legislativa española en el sector mediático desde la perspectiva de la economía política de la comunicación. La hipótesis del trabajo es demostrar, a través del caso español, cómo las leyes sobre radiodifusión se han ido adaptando a las necesidades de la industria de la comunicación. Su primer objetivo, con la ley de televisión privada de 1988, fue permitir la entrada de las empresas de medios españolas en el sector sin verse avasalladas por la industria transnacional americana o europea. Desde entonces los cambios legislativos, que culminan este año con la ley para el impulso de la

televisión digital terrestre, se han amoldado a las posibilidades de expansión de las empresas españolas y su capacidad para afrontar los riesgos económicos que supone entrar en nuevos mercados (con la ayuda inestimable de entidades financieras y corporaciones industriales nacionales). Para ello se revisará la evolución del sector televisivo (Antena 3, Canal +, Tele 5), el radiofónico (con especial atención a la absorción de cadena Antena 3 Radio por parte de la SER-PRISA) y los sectores del cable (creación de un duopolio en el que se han hecho fuertes dos empresas, Auna y ONO, cuyos rumores de fusión son cada vez más audibles) y el satélite (fusión de las plataformas Vía Digital y Canal Satélite Digital), así como la televisión local (casos de UNE-Vocento y Localia-PRISA).

Autor: Suzy dos Santos

Co-Autor: Érico da Silveira

Instituição: Laboratório de Políticas de Comunicação do Programa de Comunicação da Universidade de Brasília

Título: Radiodifusão no Brasil: entre o serviço e o interesse público

Resumo:

No estudo e pesquisa das políticas de comunicação no Brasil existe uma aparente imprecisão conceitual com relação ao que seja o modo de prestação dos serviços de radiodifusão aberta. Em geral fala-se na prestação de um "serviço público" cuja conceituação não é clara, seja nas disposições constitucionais do setor seja nas leis e regulamentos. Neste trabalho, pretende-se, a partir do exame da configuração legal da radiodifusão no Brasil, esclarecer, ainda de modo exploratório, a natureza jurídica das outorgas de radiodifusão. Este trabalho é parte de uma pesquisa mais abrangente sobre "As bases normativas de um novo modelo institucional para a comunicação social eletrônica no Brasil", realizada no Laboratório de Políticas de Comunicação. Nossa hipótese inicial é a de que o que existe no Brasil é uma espécie de "meio do caminho" entre o conceito clássico de serviço público - tal como originário da regulamentação britânica - e o conceito mais elástico de interesse, necessidade e conveniência pública originário da regulamentação dos Estados Unidos.

Sala A2

Coordenador: Gabriel Kaplun

Autor: Ângela Carrato

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Título: A TV Pública e Seus Inimigos

Resumo:

A importância da mídia, em especial da televisão, para as democracias é inegável. Apesar disso e das frequentes críticas em relação à TV comercial no Brasil, não se verifica movimentação significativa por parte dos governos (federal e estaduais) no sentido de viabilizar a TV Pública. Isto apesar do que determina a Constituição de 1988 e do país ter se tornado uma potência audiovisual. O que vem impedindo o fortalecimento das TVs não comerciais no Brasil? Em outras palavras, quem são seus inimigos? Responder a esta questão, levando-se em conta aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais é o objetivo deste trabalho. Pois se os inimigos da democracia já são, há muito, conhecidos, está passando da hora de se ter clareza sobre quais são e como agem os inimigos da TV Pública. Afinal, ninguém desconhece que o controle da mídia pode determinar até o próprio controle do poder.

Autor: Dilvan Passos de Azevedo

Instituição: Universidade do Estado da Bahia

Título: Movimentos sociais e as rádios comunitárias: possibilidades de interferir na agenda de discussão pública

Resumo:

Historicamente, o movimento de rádios comunitárias da chamada região sisaleira da Bahia começou em meados da década de 90 e, ao que tudo indica, a idéia surgiu a partir do desejo

e da necessidade dos movimentos sociais locais em comunicar-se com suas respectivas bases sociais. O presente trabalho preocupa-se em verificar se – e como – os atores coletivos utilizam as rádios comunitárias para inserir suas reivindicações na agenda de discussão pública das comunidades em que atuam. É possível transpor as barreiras impostas pela lógica da comunicação de massa? Existe espaço para a expressão das diversas vozes da sociedade? Que implicações isso traz? Essa pesquisa foi desenvolvida com base em dados coletados a partir de entrevistas realizadas com representantes de dez rádios comunitárias em dez municípios da região sisaleira. Estima-se que essas rádios possuam cerca de 70% da audiência dos ouvintes em suas respectivas cidades. Portanto, é crucial compreender como tais meios, tão capazes de penetrar nas casas da maioria da população da região, podem difundir os ideais e práticas democráticas dos movimentos sociais na comunidade.

Autor: Leandro Ramires Comassetto

Instituição: Universidade do Contestado - UnC - Concórdia (SC)

Título: O rádio local na nova ordem global

Resumo:

Este trabalho discute o comportamento do rádio local na nova ordem global. Faz uma reflexão sobre a viabilidade das emissoras locais numa época em que a comunicação assume caráter cada vez mais globalizado, dominada por grandes corporações de mídia. No caso do rádio, questiona a tendência à formação de redes e sustenta que as emissoras locais ainda cumprem função importante nas comunidades em que estão inseridas, sobretudo no jornalismo. O trabalho constitui estudo de caso sobre o rádio no Oeste catarinense, região que mantém uma relação histórica com este meio de comunicação.

Autor: Sayonara Leal

Instituição: Université Lille I e Universidade de Brasília - UnB

Título: Políticas públicas de comunicação e a luta pelo reconhecimento: o caso das rádios associativas francesas

Resumo:

A demanda por espaços públicos locais de debates coletivos e de interação sócio-cultural é o fio condutor da nossa reflexão sobre o movimento de rádios livres no Brasil e na França. Esta proposta de trabalho contempla o estudo sobre o papel desempenhado pelas rádios associativas francesas como instrumento de promoção do reconhecimento de diferenças culturais. Consideramos essas rádios, criadas por associações, como espaços públicos fomentadores de uma justiça social que torna possível a participação de membros de uma localidade no processo comunicativo da vida social. A idéia central que orienta este estudo é o desafio de pensar as rádios associativas como esferas públicas fundadas sobre a dinâmica entre a ação associativa e o agir comunicacional. Esses espaços comunicativos estariam implicados na luta pelo reconhecimento de direitos e necessidades particulares de grupos sociais minoritários. Nesses termos, consideramos que é essencial a postura do Estado como garantidor de políticas públicas que atendam a demandas populares pelo serviço de radiodifusão local não comercial e não estatal. O acesso de comunidades ao serviço de comunicação de proximidade se traduz em uma questão social a ser considerada e resolvida com a intervenção do Estado, sobretudo quando esse serviço se traduz em um forte instrumento para promoção da integração sociocultural. As condições para uma tal interação social são analisadas a partir da proposição teórica de autores como: Hannah Arendt, J. Habermas, Axel Honnet, Nancy Fraser entre outros. Com base na aplicação de questionários, em análise documental e em entrevistas semi-estruturadas, foram estudadas 25 rádios associativas francesas as quais prestam um serviço de comunicação de proximidade. A partir do caso francês, esperamos aprimorar nosso construto teórico-metodológico para uma análise do fenômeno das rádios comunitárias no Brasil.

Sala A3

Coordenador: Guillermo Mastrini

Autor: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Instituição: Universidade Candido Mendes

Título: Assimetria de informações e regulação de mercados

Resumo:

A investigação dos processos de regulação evidencia a potência da informação como ferramenta reguladora. A sociedade atual vive profundas mudanças nos modos de produção e reprodução de suas relações, configurando a forma histórica de "Sociedade da Informação". Esta nova formação traz consigo possibilidades e desafios, incluindo a redução das desigualdades econômicas e sociais. A informação é condição para a democracia, especialmente para a efetiva participação dos cidadãos nos processos de decisão. A publicidade pode criar vínculos e solidariedades. As redes sociais são forma inteligente de trocar informações e criar vínculos. As redes podem usar de modo solidário as novas tecnologias digitais, especialmente as conexões através da Internet. A troca de informações entre consumidores pode permitir uso ótimo das condições estabelecidas nos contratos. Além disso, interfere na cultura dos mercados. As pesquisas da satisfação dos consumidores mostram que esta aumenta quando possuem mais informação. O registro de queixas através de sites na Internet pode ser ação tão efetiva quanto uma notificação formal a fiscais de órgão regulador. Uma das principais características dos mercados é a assimetria de informações dos agentes econômicos, que é uma das principais demandas de regulação. A regulação é necessária para criar regras que atenuem efeitos da informação imperfeita no mercado, em benefício de fornecedores e consumidores. A regulação pública dos mercados constitui-se de normas e controles do Estado que afetam o funcionamento das empresas, intervindo na eficiência econômica e no bem-estar social. As teorias normativas da regulação destacam a hipossuficiência de informações dos consumidores. Cabe ao Estado proteger consumidores, com garantia que os fornecedores operem com segurança e qualidade, incluindo informação sobre produtos e serviços que oferecem. A construção de agências reguladoras no Brasil autônomas tem sido um desafio para a sociedade.

Autor: Maria de las Nieves Eirin de Rapp

Instituição: UFRJ/CCJE

Título: Política Pública, Informação e Cultura

Resumo:

Política Pública, Informação e Cultura A pesquisa trata da Política Pública de Informação e de Cultura, destacando a Política de Incentivo à Cultura. Essa política é regulada e aplicada pela Secretaria do Ministério da Cultura da Presidência da República (SEC/PR) com consulta à Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC). O estudo abrange assim o ano de 1995 quando houve uma nova regulamentação da Lei promulgada em 1991, começando sua aplicação, e o ano de 1996 quando se pode observar as primeiras grandes realizações. As mudanças recentes nos modos de investimentos na cultura, sugerem transformações no conceito de cultura e na política cultural, como também uma política de informação cassada com esses interesses. Análise da aplicação do Incentivo à Cultura, indicaria, que no Brasil nos anos do Ministro Weffort, quando se fomentou o uso da Lei, existe um deslocamento da ação pública em direção ao favorecimento dos mercados da cultura, ficando excluídos dessas formas de promoção e incentivo formas de produção cultural não interessantes a indústria cultural. Palavras chave: Política Pública. Informação. Cultura.

Autor: Maximiliano Martin Vicente

Instituição: Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - UNESP - Bauru

Título: Comunicação e manipulação na época da concentração midiática

Resumo:

O atual processo de concentração nos meios de comunicação no âmbito mundial e regional, tal como é apresentado por Guilherme Mastrini e Denis de Mores, provoca a formação de autênticos impérios detentores das principais fontes de fornecimento de notícias dos veículos de comunicação de massa. A resultante previsível desse processo permite delinear uma situação pouco animadora uma vez que as mensagens encontradas nas diversas mídias expressariam a ideologia e os valores desses conglomerados alinhados com as práticas neoliberais. Partindo de uma visão crítica da comunicação de massas procuraremos, tomando como referencia o Le Monde Diplomatique e o pensamento do seu diretor Ignácio Ramonet,

identificar os mecanismos e as táticas encobertas na publicação das notícias na mídia impressa responsáveis, em grande parte, pela implementação de valores e atitudes desejados pelas corporações midiáticas, mas nem sempre fomentadores da pluralidade e diversidade de interpretações, condição essencial para a constituição de uma sociedade democrática. Para verificar a situação descrita anteriormente compararemos matérias de acontecimentos recentes, publicadas pela grande imprensa e pelo Le Monde Diplomatique, no intuito de identificar o processo seguido pela grande imprensa e pelo Le Monde Diplomatique na apresentação dos fatos. Assim, destacaremos e confrontaremos as fontes, os dados, os valores defendidos, as informações veiculadas e as possíveis conseqüências advindas para o receptor, em função da informação recebida.

Autor: Hélio Craveiro Pessoa Júnior

Co-autora: Bruna Raposo Leal

Título: PODERES ESTATAIS, COMUNICAÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO CULTURAL DESCENTRALIZADOS COMO MEIO DE EXERCITAR A CIDADANIA NO ENTRETENIMENTO

Resumo: Nossas dimensões estéticas, afetivas e epistêmicas são cada vez mais roubadas por uma indústria do entretenimento e uma comunicação social centralizadas. Urge repensarmos um paradigma descentralizado de comunicação social. A small-mídia vem ganhando nítidos contornos com o célere desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Com esta, podemos exercer uma maior liberdade e pluralidade ao noticiar e entreter. Ganha também espaço as experiências fora da lógica da indústria de jogos, como o massive multiplayer online role playing game, que pode ser uma bela oportunidade para vivenciarmos um jornalismo descentralizado e socialmente gestado. Se nós, coletivamente, elaborarmos jogos eletrônicos em rede, com código livre e ferramenta de autoria, poderíamos construir narrativas interativas para noticiar enquanto jogamos. Falamos de usar o ciberespaço para fundirmos entretenimento e comunicação, lazer e informação por um viés emancipado. Apontamos o formalismo excludor da linguagem jornalística e sugerimos o uso de uma linguagem informal, lúdica e inclusora. Para além do jornalismo profissional formulando narrativas para jogos, propomos uma arquitetura telemática que integre a transparência dos poderes estatais e produção cultural com o objetivo de fazermos do cidadão "comum" um formador de opinião.

Sala A4

Coordenador: Fernando Mattos

Autor: Cecilia Cervantes Barba

Instituição: ITESO, México

Título: Política de comunicación y política cultural en México (2001-2005)

Resumo:

A través del análisis de contenido de tres diarios (La Jornada, El Universal y Reforma) y dos revistas (Proceso y Milenio) de circulación nacional, la ponencia da cuenta del posicionamiento que la política de comunicación y cultural tienen en la agenda pública mediática. Junto con un análisis de fuentes documentales, el análisis de contenido permite conocer el papel que el campo periodístico y algunos actores políticos centrales del país (el Presidente Fox, la Secretaría de Gobernación, la Secretaría de Comunicaciones y Transportes, la Secretaría de Hacienda y el Consejo Nacional para la Cultura y las Artes) le otorgan a los sistemas de comunicación y culturales del país. Este acercamiento sistemático aporta información relevante para entender el imaginario que en torno a la política de comunicación, las industrias culturales y la política cultural construyen la prensa nacional y los actores a quienes se les otorga "voz"; al tiempo que se revisan inercias y problemas estructurales que generan obstáculos institucionalizados que impiden la interrelación entre políticas de comunicación y políticas culturales.

Autor: Susane Santos Barros

Co-Autores: Othon Jambeiro e Jussara Borges

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Título: A indústria editorial de Salvador no contexto da Sociedade da Informação

Resumo:

A globalização, a sedimentação da economia de mercado e o desenvolvimento científico e tecnológico modificaram significativamente o perfil da indústria editorial, bem como as relações entre os atores de sua cadeia produtiva. Mesmo impresso, o livro continua sendo um importante veículo através do qual informações e conhecimentos são transmitidos, mas passa a concorrer com novos suportes que vem surgindo. Além disso, percebe-se a preocupação dos governos em formular políticas e ações para o livro e a leitura, tornando-se relevante averiguar como isso tem se refletido na indústria editorial. Este trabalho analisa o movimento editorial da cidade em relação às condições de produção do livro e das mudanças ocorridas em função do aparecimento de novos suportes de informação. Busca também identificar e analisar as políticas nacionais e locais de incentivo à leitura, fixadas pelos governos e seus reflexos na indústria editorial de Salvador. A metodologia da pesquisa envolveu a realização de entrevistas com atores da cadeia produtiva editorial; levantamento de dados junto às editoras; análise das políticas relativas ao livro e à leitura; tratamento e análise dos dados. Os resultados indicam que a indústria editorial de Salvador encontra-se incipiente, com poucas editoras consolidadas, mesmo assim apenas no plano local. A maioria delas se ressentem da ausência de profissionalização da atividade, assim como da competição de editoras de maior porte, situadas no Centro/Sul do país, que são, além do mais, as fornecedoras de livros escolares ao governo central. Também foi possível perceber que há um discurso por parte dos editores em defesa do livro impresso, mostrando mais apego ao formato do que ao conteúdo.

Autor: Reinaldo dos Santos

Instituição: Unesp-Araraquara

Título: Mídia, democracia e coronelismo eletrônico no Brasil: 1974-2004

Resumo:

O trabalho se insere no campo de abordagens da cultura política brasileira e discute a relação entre mídia e eleições, configurando as implicações de um acesso desigual aos meios de comunicação de massa para o regime democrático. Numa perspectiva multidisciplinar entre História, Sociologia, Política e Comunicação, analisa a relação entre o estúdio, como lugar de atuação de homens de mídia - jornalistas, locutores e/ou concessionários de emissoras de rádio e TV -, e a tribuna, entendida como o ofício de parlamentares e autoridades do Poder Executivo, no contexto das eleições e das políticas de concessão de emissoras, realizadas no período 1974-2004. A análise da relação entre as distorções nos processos de concessão de emissoras e os efeitos do uso da mídia para os resultados eleitorais, configura-se como o principal objetivo desta comunicação. No Brasil, o Estado sempre manteve o monopólio dos meios de comunicação de massa, concedendo o direito de operá-los a particulares, por meio de políticas de concessão de emissoras, cujas distorções levaram a uma concentração do controle da comunicação de massa nas mãos de setores sociais, intimamente relacionados ao governo federal. As relações fisiologistas dos processos de concessão e o diferencial representado pelo uso das emissoras de rádio e televisão nas eleições regionais configuram o chamado coronelismo eletrônico que tem marcado a política nacional nas últimas décadas.

Autor: Maria de Lourdes dos Santos

Título: Mídia, democracia e parlamento: as TV's Legislativas como instrumento de accountability no Brasil

Resumo: O trabalho discute a relação entre mídia e democracia, por meio do uso de fontes como obras bibliográficas, legislação, jornais, revistas, depoimentos orais e gravações de programas de televisão. Trilhando os caminhos recentes da política brasileira, reflete sobre políticas públicas de comunicação e analisa o papel das TV's Legislativas (canais vinculados a casa parlamentares como a TV Senado, a TV Câmara Federal e a TV Câmara Municipal) na promoção da democracia, por meio da accountability vertical, entre representantes parlamentares e representados, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, no período de 1995 a 2005. Os canais legislativos foram criados, nos EUA no final dos anos setenta

e, no Brasil, em meados da década de noventa, visando transmitir ao vivo as sessões de trabalho parlamentar e dar transparência ao trabalho das casas legislativas. Este texto percorre a trajetória de criação e ampliação, e configura o funcionamento destes canais, destacando objetivos, sujeitos e interesses envolvidos.

Sala A5

Coordenador: Daniel Hernandez

Autor: Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

Instituição: Universidade Federal da Bahia - PPGCCC

Título: Notas sobre a regulação do acesso wireless à Internet no Brasil

Resumo:

Aceitando-se ou não a perspectiva "neoliberal" atribuída aos governos Collor e Fernando Henrique, deve-se reconhecer que a década de 90 representou uma época de modificações fundamentais para a regulação das comunicações no Brasil. Desde o aprofundamento do processo democrático até a privatização completa das telecomunicações (passando pela criação da LGT, ANATEL e por modificações na outorga de concessões de radiodifusão), o fato é que a atual regulação de instituições e serviços relacionados à comunicação possui uma natureza diferente daquela empreendida entre os anos 60 e 80. A rapidez do avanço técnico (sobretudo o advento de tecnologias digitais e a possibilidade de convergência entre plataformas de comunicação), bem como a introdução de outros atores no processo de formulação de leis (através da propriedade privada das prestadoras e de consultas públicas), estabelece, em alguma medida, dificuldades para os agentes responsáveis pela regulação. Tendo em vista tais condições, o objetivo deste trabalho é buscar avaliar as políticas de comunicação que vêm sendo articuladas pelo governo brasileiro no que se refere ao setor de telecomunicações móveis, mais especificamente à regulação do acesso wireless (sem fio) à Internet. Das diversas modalidades de acesso à rede mundial de computadores (via telefonia discada, dedicada ou interligação a cabo), uma das mais recentemente criadas foi a conexão através de ondas eletromagnéticas, dispensando o emprego de fios. Assim, a preocupação do ensaio consiste em esclarecer e identificar tendências sobre determinados aspectos de fiscalização e autorização para o funcionamento das conexões de tipo Wi-Fi e Wi-Max no Brasil. Além de examinar a parte técnica da questão (diferentes protocolos homologados, faixas de frequências destinadas, tipos de licença demandadas), o estudo proposto permite vislumbrar e criticar, inclusive através de análise comparativa com outros países, em que medida o governo vem atuando no processo de introdução destas tecnologias no país.

Autor: Valério Cruz Brittos.

Co-Autora: Paola Madeira Nazário

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Título: Audiovisual: projeto, repercussões e demandas.

Resumo:

Audiovisual: projeto, repercussões e demandas Valério Cruz Brittos* Paola Madeira Nazário** Este trabalho analisa o projeto de Lei do Audiovisual, elaborado pelo Ministério da Cultura brasileiro, em 2004, e posteriormente submetido a consulta pública e debate com os setores mais diretamente interessados. A iniciativa do Governo Luís Inácio Lula da Silva gira em torno da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav), que tem como objetivo regular e desenvolver o cinema brasileiro e, num segundo plano, a televisão aberta. A proposta foi imediatamente condenada pelos setores empresariais, tanto da área televisiva, quanto do setor cinematográfico, preocupados com a proposta de controle público sobre os atos de midiaticização ou com a taxação de exibição de filmes estrangeiros, que dominam as telas de todos os tamanhos, no Brasil. Diante disso, o Governo Federal recuou, eliminando um conjunto de artigos importantes da iniciativa, que ainda não foi remetida para análise e votação pelo Congresso Nacional. Os resultados obtidos até o momento, a partir do projeto de lei de criação da Ancinav, quanto ao papel regulamentador, sinalizam uma rendição do Governo às pressões da grande mídia, assim como uma forte resistência do setor

comunicacional a qualquer tipo de regulamentação governamental. A pesquisa é estabelecida nos marcos da Economia Política da Comunicação, ante um percurso metodológico que inclui revisão bibliográfica, coleta de documentos, estudo de publicações especializadas, análise de informações jornalísticas a respeito dos agentes envolvidos, observação da realidade midiática e, complementarmente, entrevistas. Nesta problemática revelam-se as articulações da sociedade, dos agentes regulamentadores e dos próprios operadores televisivos. A partir daí, debate-se a disputa entre lógicas de espaço público e de mercado, compreendendo a reação midiática frente a ações de regulamentação. Compreende-se que a mídia, em particular a TV, possui um papel fundamental no exercício da cidadania nas democracias modernas e, seu potencial de abertura à diversidade é limitado por sua atuação como empresa capitalista. * Professor no Programa de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação (FACOM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). ** Bolsista de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e acadêmica em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Autor: Jordi Pérez Llavador

Co-Autora: Marisa Sanjuanbenito Ruiz de Alda

Instituição: Universidad Cardenal Herrera-CEU (Elche)

Título: Comunicación en la Diferencia: Análisis y Acción Participante en la Comunicación Pública Local

Resumo:

La relación condicionante entre los medios de comunicación de masas y la conformación de los referentes significativos sociales es hoy ya una premisa, puesto que ya está constatado por múltiples estudios al respecto. La comunicación social en todas sus vertientes, también la institucionalizada, actúa como motor de creación de las imágenes y de los imaginarios, de las construcciones cognitivas básicas que los individuos utilizan como referentes de realidad social. Sin embargo, no todos los actores afectados por las cuestiones públicas presentan igual grado de articulación comunicativa. En multitud de temas se puede distinguir, grosso modo, actores activos y actores pasivos en la comunicación, es decir, actores que tienen la capacidad de hablar con voz propia respecto al asunto y otros públicamente afónicos, a los que bien se les presta otra voz, bien directamente se silencia. Dicha articulación, por tanto, es nuclear en la posibilidad de acceder al medio y, a través de éste, a lo público. La observación de las diferencias de acceso y posibilidad comunicativa actoral lleva a situar los factores determinantes de la acción mediática a una consideración central. En un análisis global, dos aspectos fundamentales de la producción de la comunicación institucional reclaman la atención: el primero, las condiciones estructurales de producción discursiva de los medios, observados como instituciones económicas e ideológicas con intereses en los conflictos; el segundo, los modos productivos de los profesionales de la comunicación, las características del oficio aglutinadas en el concepto de rutinas productivas. Sobre el resultado previo de la compilación y análisis en estos capítulos, se quiere presentar la línea de investigación ComunicAcción para la diferencia, iniciada por un grupo de profesionales e investigadores en comunicación de la Universidad Cardenal Herrera-CEU en Elche (Alicante). A partir de la utilización básica del método de la acción participativa, pretende convertirse en un ámbito de trabajo que aúne la amplificación pública de los discursos menos favorecidos y la constatación empírica de las barreras y los caminos de acceso según los recursos comunicativos utilizados.

Autor: Cosette Castro

Instituição: Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

Título: A convergência digital e os atores sociais – um panorama das iniciativas brasileiras

Resumo:

Este trabalho se insere no campo da Economia Política da Comunicação e objetiva apresentar a posição dos diferentes atores sociais sobre o papel da convergência digital. A convergência diz respeito a uma mudança tecnológica que deverá transformar a relação do modelo de negócios no campo da comunicação, assim como modificará as relações entre os campos da produção e da recepção, estimulando novas sociabilidades e formas de inserção social. Para além dessas discussões, a convergência digital poderá modificar radicalmente as noções de

produção, recepção, conteúdo e meios de comunicação, inserindo-se na Nova Ordem Tecnológica proposta por André Barbosa Filho e esta autora.

Quinta Feira, dia 10.11, 16h15 às 18h15

Sala 01

Coordenador: Francisco Sierra

Autor: André Vouga

Co-Autor: Moisés Ramos Jr.

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Título: Por dúvida das vias - notas sobre a constituição de comunidades midiáticas de troca nos leilões virtuais

Resumo:

A utilização comercial da comunicação mediada por computador tem apresentado novos desafios para a análise das relações entre o econômico e comunicacional, principalmente o problema do encaminhamento de uma herança rica em construtos orientados para a crítica de formações massificadas, pautadas pelo monopólio das emissões. Este artigo tem por objetivo contribuir com o levantamento de questões ligadas ao aparecimento de novos ordenamentos, mais especificamente às relativas aos novos papéis estratégicos definidos pelo domínio da canalização de fluxos simbólicos com produção mais generalizada, aqui exemplificados através do modus operandi das ferramentas de leilões virtuais. Serão enfocados os conflitos originados da tentativa de reposição centralizada do contexto simbólico e institucional ligada à viabilização dos mercados constituídos por essas ferramentas. Para este fim se fará recurso a caracterização feita por Weber, Simmel, e posteriormente pela antropologia, dos sistemas sociais ligados às trocas econômicas, com especial atenção aos mecanismos intrínsecos de produção de confiança e reconhecimento mútuo. O trabalho será sistematizado em três partes: Na primeira serão retratadas as dificuldades de manutenção dos contextos simbólicos tradicionais de suporte às trocas; tanto por questões intrínsecas, advindas da mediatização e do uso de sistemas peritos, quanto pelas produzidas por ações estratégicas orientadas para a monopolização das conexões. E se discutirá ainda a tentativa de construção centralizada de marcadores simbólicos substitutos. Na segunda parte será analisada a implementação de mecanismos de regulação para o encaminhamento objetivo dos problemas de confiança surgidos, posta em diálogo com discussões traçadas pela antropologia política. Nesse sentido será demarcado poder estabelecido pelo provimento de arbitragem em ambientes mal cobertos pelas instituições tradicionais. Serão discutidos também os sistemas de pagamento que visam compensar as dificuldades de quitação mútua estabelecidas por este contexto midiático, cujos contornos serão comparados aos definidos pelos sistemas de compensação já estabelecidos. Na terceira parte serão comentadas as dificuldades impostas à execução plena dos projetos de controle descritos, tanto pelo surgimento de estratégias de escape à supervisão centralizada do fluxo de informações, visando a ruptura da monopolização dos contatos, quanto pelas tentativas de obtenção de projeção simbólica através da apropriação, em pequena escala, dos conteúdos e das lógicas operatórias da grande mídia.

Autor: Alberto Freire

Instituição: Petrobras

Título: A Cultura Como um Bem na Responsabilidade Social

Resumo:

A Responsabilidade Social fundamenta-se na produção empresarial em harmonia com o público interno, a ética, transparência, respeito e não agressão ao meio ambiente e a interação com o público externo. É com este último que algumas empresas têm inserido

mudanças na forma de tratamento e relacionamento, ultrapassando os limites das necessidades materiais e inserindo a cultura como um bem no processo de interação com as comunidades do seu entorno. Se no passado as ações e inovações tecnológicas e de gestão davam-se apenas nos espaços intramuros das organizações, a perspectiva de aproximação com a sociedade e o uso da cultura e dos mecanismos de incentivo à produção cultural, inserem mudanças significativas nas empresas que adotam os protocolos da Responsabilidade Social. O gerenciamento da cultura como um bem por empresas nos mais diversos segmentos de negócios, necessita de planejamento e ações específicas na determinação de como, quando e onde os recursos serão aplicados, como também novas estratégias de comunicação com trabalhadores, produtores culturais e o público em geral. A cultura entendida como um bem amplo, plural e mutante requer ações estruturadas para a democratização do seu acesso e reversão de baixos indicadores sociais. No entanto, as estratégias de patrocínio cultural a espetáculos e grandes eventos é a face mais visível da utilização da cultura por empresas. O presente trabalho se propõe a analisar e discutir a utilização da cultura como um bem entre os paradigmas da Responsabilidade Social, e os mecanismos que as organizações utilizam, fundamentadas no discurso de resgate da cidadania e ocupação de espaços na sociedade através da cultura.

Autor: Claudio Cardoso

Co-Autor: Marcos Lima

Instituição: NPGA/Eaufba

Título: Hipertexto e Flexibilidade Cognitiva (artigo em inglês)

Resumo:

This article discusses how Interactive Communication Technologies, in general, and Hypertexts of Cognitive Flexibility, in particular, may contribute to business learning based on organizational case studies. The proposed hypothesis suggests that the properties of information storage, processing, and distribution inherent in those interfaces may facilitate the use of critical and creative skills during organizational analysis, particularly in socio-constructivist learning environments. Proceeding from such an assumption, we created the PANTEON Interface, a HTML tool for organizational analysis supported by a data base structure. We have applied the interface with a group of students while conducting a series of participant observation experiments in a Business School in Salvador, Brazil, followed by focal group interviews with some of the participants and observers, aiming at comparing the digital case studies interface with the traditional Harvard method in terms of their potential to stimulate what we call "Collaborative Interactivity" and "Integrated Thinking" skills. According to the perception of the 29 senior undergraduate business students and 5 experts involved in the experiments, the unique informational characteristics of PANTEON may indeed stimulate the use of higher cognitive skills in ways that traditional paper-based media can not, thus presenting itself as a valid alternative to the Harvard method.

Autor: Mariana Baranchuk

Instituição: Carrera de Ciencias de la Comunicación – Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de Buenos Aires

Título: RSE: Su filiación con los organismos multilaterales y su proyección sobre la producción de contenidos en la radiodifusión

Resumo:

El concepto de Responsabilidad Social Empresaria (RSE) comenzó a circular con fuerza hacia fines de los años '90, es una de las actuales facetas del capitalismo avanzado, un descendiente directo de las políticas neoliberales. Aquellas cuestiones sociales que eran responsabilidad obligada e indelegable del Estado pasan a ser "responsabilidad voluntaria" de las empresas. El capitalismo salvaje muta incorporando la preocupación por el medio ambiente, la comunidad, el desarrollo sustentable, la transparencia y la rendición de cuentas. El marco legal que avala a la RSE ha sido concebido al interior de los organismos multilaterales y se sustenta en documentos como la Convención Interamericana contra la corrupción de la OEA; la Convención contra la corrupción de la ONU y la Convención contra la corrupción de la OCDE. Asimismo se rige por una serie de acuerdos voluntarios entre los que se destacan: el Pacto Global de la ONU y el Balance Social IBASE- ETHOS (Brasil), entre otros. La RSE en la Argentina, se proclama heredera del Pacto Global de la ONU de 1999 y el

23 de abril de 2004 alrededor de 220 empresas, cámaras, fundaciones y otras instituciones adherieron formalmente a dicho documento. En la actualidad no hay un acuerdo acerca de qué es exactamente la RSE, lo cual implica una variedad de interpretaciones a la hora tanto de analizar su significado, como de encarar acciones concretas para quienes se desarrollan en ese campo. El presente trabajo se propone analizar el fenómeno en relación a los documentos multilaterales que le dan sustento, así como indagar en términos prospectivos la incidencia que puede tener el fenómeno en la radiodifusión, ya que han comenzado planteos acerca de que las empresas que adopten la RSE deberían modificar sus habituales criterios de pauta publicitaria en medios masivos, abandonando ponderaciones ligadas a niveles de audiencia para buscar una concordancia entre los "valores éticos y morales" que sustenta el programa, con los valores y cultura de la propia empresa.

Sala 02

Coordenador: Murilo Ramos

Autor: Leonardo Barbosa de Moraes

Instituição: Faculdades Estacio de Sa de Belo Horizonte

Título: A Força dos Valores Sócio-Culturais nos Arranjos Produtivos Locais (Apls) – Um Novo Olhar Sobre a Espiral do Conhecimento

Resumo:

As evoluções tecnológicas do final do século XX causaram uma enorme reestruturação no capitalismo transformando as formas de gerar e transmitir conhecimentos e inovações, assim como a de organizar e operar empresas e outras instituições públicas e privadas. Encurtando tempo e espaço, as inovações e tecnologias produzidas traduzem a introdução de um novo paradigma sócio-técnico-econômico, no qual fica evidenciado o papel central da informação e do conhecimento. Na esteira das transformações as empresas de pequeno porte surgem como grande destaque nas economias dos diversos países. Aglomerados dessas empresas altamente eficientes, mais notadamente os do Vale do Silício e os da chamada Terceira Itália, chamam a atenção dos estudiosos. Desde então tem havido um crescente número de estudos sobre a relevância de economias e aprendizado por interação; sobre o papel das tecnologias de informação na questão espacial e sobre a inovação organizacional que é a constituição de redes. Diversas escolas de pensamento econômico já convergem na percepção de que as relações entre as empresas e destas com outras instituições num espaço geográfico definido, assim como determinados parâmetros 'ambientais', têm um papel significativo no desenvolvimento competitivo dessas aglomerações, associando-as ao conceito de competitividade. No contexto dos aglomerados conhecidos como arranjos produtivos locais (APLs), chamam a atenção os valores culturais, percebidos como uma outra dimensão do conhecimento. Coloca-se, assim, a seguinte questão: no contexto inter-organizacional dos APLs, onde os valores organizacionais são vários e a cultura inter-organizacional tem papel significativo no sucesso; como abordar a criação do conhecimento? A adoção do modelo da espiral do conhecimento proposta por Nonaka e Takeuchi requer, nesse caso, a incorporação dessa dimensão do conhecimento, tomando uma característica 'tri-dimensional', diferentemente da abordagem com o foco em uma única organização. Essa compreensão pode contribuir para o estudo dos APLs, e, conseqüentemente, para a elaboração das políticas de desenvolvimento regional e inclusão social no contexto dessa 'sociedade do conhecimento'.

Autor: Maria Elisa Andries dos Reis

Instituição: Fundação Oswaldo Cruz

Título: Portal Corporativo como ferramenta de Gestão do Conhecimento

Resumo:

O uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação está alterando a configuração econômica, política, social e cultural em nível mundial. Na sociedade emergente, a gestão pró-ativa dos recursos de conhecimento passou a ser fundamental para a sobrevivência de qualquer organização. O foco principal não é mais o armazenamento e o acesso à informação, mas sua gestão estratégica e seu uso voltado à inovação a partir da eliminação de distâncias e da redução de etapas no processo produtivo. Este trabalho tem o objetivo de indicar recursos tecnológicos de informação e de comunicação que melhor se adequam ao ambiente de um Portal Corporativo, de modo a contribuir para a utilização de

práticas de Gestão do Conhecimento em organizações públicas. Procuramos comprovar que práticas de Gestão do Conhecimento associadas a um Portal Corporativo podem ser um importante instrumento na construção de um ambiente para o compartilhamento de saberes e a tomada de decisão visando a inovação no interior das organizações públicas e a eficácia na prestação de serviços ao cidadão.

Autor: Marta Pinheiro Aun

Co-Autores: Adriane Maria Arantes de Carvalho e Rubens Luiz Kroeff

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Título: Aprendizagem Coletiva em Arranjos Produtivos Locais: um novo ponto para as políticas públicas de informação?

Resumo:

Nas últimas décadas, o local é reinventado como centro de gerenciamento do novo sistema técnico-econômico, apresentando-se como um novo pólo para a articulação de interesses. O papel das micro, pequenas e médias empresas e, principalmente de seus agrupamentos conhecidos como arranjos produtivos locais (APLs), voltaram à pauta das discussões e da construção de políticas sobre desenvolvimento regional e a inclusão social no contexto da sociedade do conhecimento. A natureza das relações estabelecidas entre os atores resulta em interação e aprendizagem com o potencial de gerar inovação, garantir a competitividade das empresas e de sustentar o desenvolvimento local. É a presença de conhecimentos tácitos e específicos de natureza local o que conduz a processos de aprendizado coletivo e capacitação inovativa. Numa economia baseada em elementos de intangibilidade, centrada no desenvolvimento das tecnologias de informação, onde os recursos de informação e de comunicação passam a constituir forma reconhecida de poder nas relações sociais, a elaboração de políticas públicas de informação. A partir dos conceitos da gestão da informação e do conhecimento e da análise de oito casos de arranjos produtivos locais (APLs), selecionados na literatura, este artigo procura destacar a importância de uma política pública de informação que se preocupe tanto com a infra-estrutura técnica dos recursos informacionais e comunicacionais quanto com a existência de mecanismos que propiciem o estabelecimento de uma identidade social e cultural entre os atores locais. O objetivo maior é o de contribuir para se ampliar a visão de domínio de políticas públicas que promovam uma maior proximidade entre os diferentes atores, a acumulação de capacitações produtivas e de processos coletivos de aprendizado que contribuam para o desenvolvimento regional e a inclusão social.

Autor: William Dias Braga

Instituição: Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO/UFRJ

Título: Ambientes Institucionais Neo-Schumpeterianos e políticas públicas para a inovação tecnológica no Brasil

Resumo:

O autor analisa o novo projeto de construção da identidade operária no Brasil, diante do fenômeno da reestruturação produtiva e da necessidade de inovação técnica, com a criação de um ambiente institucional neo-schumpeteriano, que vem sendo consolidado para dar sustento às mudanças na relação entre os espaços Público e Privado no sistema nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), diante da institucionalização da ciência moderna e da transição ao capitalismo industrial, em que o Estado, organizado comercialmente, privilegia a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência, com a promoção de políticas públicas de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para a regulação social e a acumulação de riqueza. A política científica e tecnológica atual busca, em nível mundial, um maior entrosamento entre a pesquisa pública e o setor privado na economia. Esse novo padrão de intervenção consiste muito mais em uma mudança de ênfase na gestão das organizações existentes do que uma nova orientação dos gastos públicos. A verdadeira mudança ocorre no plano da relação entre o público e o privado no sistema nacional de Ciência e Tecnologia (C&T), com ênfase na relação universidade-empresa, em detrimento da relação universidade-sociedade. Essas mudanças de postura dos países desenvolvidos estão se refletindo na agenda brasileira de política de C&T, com todas as limitações inerentes a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. O desenho geral da nova estrutura proposta se consolida no ano de 2004, com a aprovação da Lei de Inovação, a aprovação das Parcerias Público-

Privadas (PPPs), e a edição do Manual de Oslo, da OCDE, traduzido no Brasil sob responsabilidade da Finep/MCT e tido como modelo metodológico para que os governos possam desempenhar seu papel na promoção da inovação em toda a economia. Contudo, o marco de referência conceitual e o instrumental de políticas públicas de C&T têm-se mostrado inadequados para responder aos desafios do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que são transferidos de forma acrítica da realidade dos países centrais, e não demonstram as condições para antecipar e viabilizar um cenário de democratização política e econômica. A mudança técnica não é um processo rápido ou de fácil implantação em países periféricos. Para que as atividades inovadoras da indústria possam ser conhecidas e legitimadas, é necessária a criação de um ambiente institucional geral, que passo-a-passo vem sendo consolidado no Brasil com profundas mudanças na organização da Educação e do Trabalho. No que tange à inovação técnica, à produtividade do trabalho e à construção da ciência como força produtiva, a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mudanças no interior do mundo do trabalho, com a mediação dos discursos científicos apoiada pelos discursos jornalísticos para a manipulação cognitiva do conceito de inovação técnica e das políticas públicas para a inovação tecnológica.

Sala 03

Coordenador: Angela Barreto

Autor: Chalini Torquato Gonçalves de Barros

Co-Autor: César Ricardo Siqueira Bolaño.

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Título: Televisão brasileira : uma nova ótica mercadológica

Resumo:

No contexto da reestruturação capitalista, iniciada na década de 70, as relações de trabalho, as fronteiras nacionais e a própria relação espaço-tempo, alteram-se e aumenta a relevância dada aos fluxos de informações na organização do sistema. Cresce também o interesse mercadológico pelos meios de comunicação, o que se reflete na concentração e internacionalização das indústrias culturais em geral. A publicidade muda e, mesmo continuando a ser a mais importante fonte de financiamento da cultura industrializada, amplia-se o pagamento realizado pelo próprio público, como no caso da TV segmentada e da internet. Os economistas chamam a isto "exclusão pelos preços". Na ótica da economia ortodoxa, essa seria a forma mais adequada de organização do setor, pois é puramente mercantil. A análise de como a lógica empresarial passa a interferir na produção da televisão, mídia de particular importância no contexto nacional, é o objetivo deste estudo.

Autor: Jose Manuel Moreno Domínguez

Instituição: Universidad de Sevilla

Título: La concentración de medios de comunicación en España y Portugal. La reestructuración del sector audiovisual en la carrera por el mercado global

Resumo:

El presente artículo trata de recuperar un marco de análisis conjunto desde la Economía Política de la Comunicación, que afronte el panorama del sector audiovisual de la Península Ibérica desde la estabilización democrática de finales de los setenta hasta nuestros días. En dicho análisis se entrelazan tanto las características nuevas que acarreará la denominada globalización como los hechos particulares que definen la actual situación de los grupos multimedia de España y Portugal. Así, partiremos de un contexto histórico que se sitúa en la década de los setenta, cuando el modelo fordista de organización social entra crisis, con cambios evidentes en las estrategias empresariales, donde, por un lado, se va a comenzar a pensar como prioridad la idea de abrir nuevos mercados fuera de las fronteras nacionales y, por otro, se van a intentar renovar los bienes que se producen, dejando atrás aquellos de tipo duradero que ya saturan el mercado por otros de tipo simbólico y de consumo rápido. Si a esta situación le sumamos

un contexto global donde existe una mayor movilidad del capital, abriéndose especialmente un mercado financiero internacional, y una producción deslocalizada que busca ventajas en la mano de obra y en las exenciones fiscales, junto con la nueva actitud de los Estados en pro de la desregulación de sus servicios audiovisuales y de telecomunicaciones, encontramos las razones principales por las que en la década de los ochenta se consolidan, como estrategias del modelo neoliberal, tanto la concentración de empresas como la internacionalización de sus capitales. El objetivo del texto será, por tanto, analizar el resultado de estas estrategias (tomando como eje central el sector de la televisión) dentro del contexto particular que han vivido España y Portugal tras sus prolongadas dictaduras, de cara a concretar tanto su posiciones dentro de los nuevos intereses globales del modelo capitalista como las características específicas (ya sea por su trayectoria histórica, ya sea por las medidas gubernamentales) que han asumido ambos países en este campo.

Autor: Cristina Siragusa

Instituição: Universidad Nacional de Córdoba, Argentina

Título: Irrupciones: una aproximación al fenómeno de la Publicidad No Tradicional televisiva

Resumo:

Reconociendo que la lógica mercantil – empresarial ha penetrado el conjunto del cuerpo social, advertimos que los 80s representaron un hito debido a que la publicidad alcanzó un alto nivel de legitimación social y de expansión, lo que nos permite pensar que se ha operado una “naturalización” del discurso de las mercancías en la comunicación masiva. Como formatos publicitarios no convencionales nos interesa reflexionar acerca del product placement, que implica la presencia de un producto en una serie de ficción, y el bating, como la producción de contenidos propios del anunciante. Observamos una característica común: el desplazamiento del producto del espacio de tanda al de los contenidos de la programación, impregnando con ese acto el escenario comunicativo de la televisión. Si bien las formas de publicidad no tradicional no son en absoluto completamente novedosas, sus procesos de consolidación avanzan expansiva y explosivamente en Argentina a partir de la abolición, en 1991, de todo obstáculo legal que hasta entonces limitaba su accionar. Este fenómeno además genera una incidencia directa de la publicidad en las formas cotidianas de la producción de contenidos televisivos donde se opera por un lado la ficcionalización de la publicidad, pero además una pregnancia del modelo publicitario a la hora de la producción de la ficción en un sentido de complementación. Interrogarnos acerca de estas prácticas implica detenernos a considerar “cómo la mercancía llama a la mercancía, cómo lo ordinario mercantil vive en una perpetua subasta, e incluso cómo se produce el melting pot (amalgama) de la publicidad, de la ficción y de la realidad” (Mattelart A, 1989), generando en un mismo movimiento una tensión entre creación y creatividad. Nuestro interés al indagar acerca de estos nuevos dispositivos publicitarios reside en la necesidad de reflexionar las maneras en las que en las sociedades postindustriales se ha operado una subsunción de la comunicación al capital.

Autor: Patricia Andrade del Cid

Título: Competencias Comunicativas para el Desarrollo Empresarial

Resumo: La vinculación de la Teoría de la Comunicación con las estrategias administrativas y de mercado significa un reto para la construcción del conocimiento y su práctica profesional. Por las transformaciones que la era de la información está gestando, este encuentro disciplinario significa una veta de estudio, que propone beneficios a la situación social porque promueve el crecimiento de las empresas y de su entorno social. La comunicación le permite a la empresa construir ideas o percepciones, que más tarde serán imágenes, que son producto y consecuencia de un imaginario colectivo; percepciones y sentimientos que se construyen a nivel individual, al individualidad forma parte de una estructura social y cultural, que involucrar a todos los que constituimos esa sociedad. Los materiales con los que la mente configura la imagen son estímulos,

significados y valores que la empresa emite. Pero solamente serán reconocidos y asociados entre sí, si las percepciones (mensajes, comunicación, informaciones) y las experiencias del público (satisfacción por los productos y el trato personal) arrojan un balance positivo. Esto significa que los responsables de la empresa deben comprender y asumir que: - no puede haber estrategia de comunicación al margen de la comprensión de los públicos destinatarios (esta comprensión se verifica a través de las estrategias de mercadotecnia) y, - no puede haber estrategia de comunicación independientemente de la estrategia general de la empresa (y en esta estrategia se integran todos los dispositivos de la comunicación) Esta estrategia de comunicación sugiere que el asesor en comunicación empresarial gestiona su actividad mediante procesos de retroalimentación vinculado a los intereses y necesidades de sus receptores. Es decir, tanto la identidad como la calidad que demanda el receptor dependerá de lo que la organización misma busque como un todo. Y al mismo tiempo lo que busque esa organización dependerá de lo que la sociedad misma considere bueno y aceptable. La responsabilidad del comunicador empresarial radicará en el conocimiento de los procesos de transformación que la comunicación produce, que son un reto y una realidad por la actuación de las nuevas tecnologías vinculadas al mundo empresarial y los sistemas que los producen.

Sala 04

Coordenador: Abraham Sicsú

Autor: Edgard Rebouças

Instituição: Universidade Federal de Pernambuco

Título: Os estudos e práticas da economia (e da) política de comunicações na América Latina

Resumo:

Na área de estudos da economia política e das políticas de comunicações o diálogo entre pesquisadores latino-americanos se dá muito bem no interior da própria região, no entanto, se limita a algumas incursões em grupos em Portugal, na Espanha, na França e no Quebec (Canadá). Dessa forma, este texto tem como objetivo expor um panorama do que vem sendo debatido na América Latina com a utilização de referenciais da economia política das comunicações e das indústrias culturais ao longo dos últimos 50 anos.

Autor: André Barbosa Filho

Instituição: UnB

Título: A nova ordem tecnológica. O quadro de enlaces e dissonâncias no cenário das políticas públicas de comunicação no Brasil.

Resumo:

Resumo: Este trabalho se insere no campo da Economia Política da Comunicação e tem como diretriz básica a análise das premissas que norteiam as políticas públicas de comunicação no Brasil sob o enfoque da nova ordem tecnológica. A nova ordem tecnológica corresponde as normas que constituem-se no marco regulatório da convergência das plataformas tecnológicas digitais e por outro lado na inserção de mudanças de comportamento e de atitude nos indivíduos diante dos novos terminais de informação. Este estudo examina as ações de caráter universalista correspondentes as iniciativas do Estado brasileiro e da sociedade civil no sentido de atender as demandas sociais por inclusão no acesso e domínio das novas tecnologias digitais. Palavras - chave: Comunicação - Economia Política - Tecnologias Digitais - Produção - Recepção

Autor: Giuseppa Maria Daniel Spenillo

Instituição: UFRPE; CPDA/URRRJ

Título: Novas mídias: espaços contemporâneos de disputas por direitos à comunicação na sociedade da informação

Resumo:

As sociedades contemporâneas dispõem e fazem usos, em formatos diversos, de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), configurando a chamada Sociedade da Informação. Ao abordar essas novas mídias - em especial aquelas digitais, por seu caráter revolucionário [LÉVY, 1999] - consideramos os cenários de desigualdades, assimetrias, inclusões e exclusões em que se inserem. O aparato tecnológico com o qual podemos nos comunicar, hoje, revela-se um desafio aos coletivos humanos. Se alcançamos um estágio social de hipercomunicação [KAPLÚN, 1999], também corremos o risco de perdas comunicativas pela valorização da informação individualizada. Deparamo-nos, então, com a questão do ser da comunicação numa cultura da informação, da imagem, do signo. É este o incômodo que nos provoca e que procuramos expor e tratar: qual o Ser da comunicação; quais as relações comunicativas nas sociedades da informação? Esse questionamento tem nos levado aos atores sociais que, coletivamente e publicamente, vêm problematizando as condições comunicativas de nossas sociedades, os direitos à comunicação, a democratização da comunicação e os acessos às TICs. O debate social tem se organizado em torno de fóruns de entidades, capitaneados por organizações do Terceiro Setor, constituídos em dimensões locais, nacionais ou internacionais, reconfigurando os espaços geopolíticos de atuação por mudanças sociais no fazer comunicação em larga escala.

Autor: Leandro dos Santos de Souza

Co-Autor: Othon Jambeiro

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Título: Cidades Digitais e controle da informação

Resumo:

Desde a década de sessenta do século XX uma série de inovações tecnológicas e sociais convergiram para a criação das redes interativas de computadores, criando novos canais para a informação e comunicação, fomentando modificações nas relações sociais e econômicas. As redes interativas virtuais, mais especificamente a Internet, estimularam novas formas de disseminação da informação, interação social e participação política. Através da Internet pode-se congregiar um grande número de pessoas, possibilitando que tenham acesso mais participativo nas decisões políticas de sua cidade, estado ou país (LÉVY, 2000). As cidades digitais podem ser encaradas, nesse contexto, como uma possibilidade de aproximação entre o cidadão e o estado, permitindo maior controle das contas públicas e até mesmo uma maior participação nas escolhas de seus governantes, por meio de consulta popular. Entretanto esse é um instrumento que também pode ser utilizado como uma forma de controle, emoldurando o fluxo da informação pública, afastando ainda mais a participação popular, permitindo, assim, novas formas de adaptação do capitalismo contemporâneo. Este trabalho aborda os riscos apresentados pelo surgimento das esferas digitais de relacionamento entre Estado e sociedade, que emergiram das tecnologias de informação e comunicação, a partir do fenômeno das cidades digitais. Além disso, procura observar de que forma estas representações digitais das cidades contemporâneas podem favorecer o controle estatal sobre a difusão da informação política na esfera pública da sociedade.

Sala 05

Coordenador: Cesare Galvan

Autor: Cynthia Harumy Watanabe Corrêa

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS

Título: Uma abordagem teórica sobre a formação de tribos virtuais: do banal ao intelectual.

Resumo:

Entre as práticas culturais de uma cibersocialidade (LEMOS, 2002), destaca-se o surgimento

de tribos virtuais, que privilegiam a fusão emocional com o objetivo de compartilhar algo comum de modo coletivo e de viver o momento presente intensamente. (MAFFESOLI, 1996, 1998). Nesse contexto, o imaginário volta a ocupar um espaço central na vida cotidiana, pois, enquanto representação, revela um sentido ou envolve uma significação que vai além da aparência. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um "outro ausente" (DURAND, 1988). Maffesoli (1996) através do formismo, enquanto categoria de conhecimento ou o que chamou de "apresentação", relata bem a estrutura orgânica que é própria das culturas nascentes. Desse modo, Maffesoli (1996, 1998) aproxima-se das idéias de Simmel (1986), que defende a tese de que o homem é produto da sociedade, ou seja, seu modo de agir está relacionado ao seu lugar de origem e a sua própria interação com os outros indivíduos. O homem é formado de acordo com o seu meio e com as possibilidades, inclusive as técnicas, disponíveis; somente desse modo a sociedade é possível. Tendo como pressupostos que as tribos virtuais se reúnem por meio de afinidades e pelo prazer estético (MAFFESOLI, 1996, 1998), e que o homem se liga a outro para formar sociedade (SIMMEL, 1986), busca-se investigar o fenômeno do neotribalismo ou tribalismo como uma das formas de gerar redes de ciberocialidade no ciberespaço de natureza pós-moderna, reunindo tribos que tratam de temas frívolos, banais a interesses intelectuais. Uma vez que a afetividade é inseparável do conhecimento e do pensamento humano; e a dominação da razão sobre a afetividade não conseguiria ser sempre reconhecida com certeza e exatidão, nem ser considerada como conclusão ótima de conhecimento, isto é, não há produção de conhecimento científico sem imaginação (MORIN, 1999).

Autor: Luiz Adolfo de Paiva Andrade

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Título: A cultura do acesso. Uma experiência no mundo de Guerra nas Estrelas

Resumo:

Nos últimos dez anos, um novo produto da chamada indústria cultural vem ganhando cada vez mais espaço no mercado consumidor: é o jogo eletrônico online para multi-usuários. Nestes casos, conhecidos por MMORPG - Multi-user Massive Online Role Playing Game - a experiência adquire um status de produto, ou seja, os jogadores pagam um valor mensal ao servidor, que lhes mantém conectados ao mundo do jogo. Assim o CD ou cartucho pode ser pirateado à vontade, pois ele não funciona sozinho. Em maio deste ano - simultaneamente ao lançamento do Episódio III: A Vingança dos Sith, último filme da série Guerra nas Estrelas - a LaunchArts, em parceria com a Sony Online Entertainment, finalizou sua série de MMORPG chamada Star Wars Galaxies, que permite uma experiência de "vida" - mesmo que virtual - em um universo análogo ao criado por George Lucas, no cinema. Neste domínio, os usuários encontram um âmbito com algumas características do mundo real. Interagindo em um espaço tridimensional, os jogadores podem acumular bens e capitais - exercendo profissões típicas da vida humana - além de estabelecer uma forma de convívio social entre si, auxiliados por um processo de comunicação em tempo real. Considerando as possibilidades apresentadas, esta pesquisa propõe reflexões sobre a experiência de "vida" no jogo Star Wars Galaxies. Além das habilidades como jogador, acreditamos que o sujeito deve desenvolver virtudes de comerciante e empreendedor - dialogando com os outros participantes - para vencer o desafio. Por consumir um tempo mais parecido com o humano e contar com milhares de usuários conectados simultaneamente, acreditamos que as relações firmadas neste âmbito podem se refletir na economia do mundo real. Este jogo foi apontado como objeto por ser rebento de uma das marcas mais conhecidas da indústria cultural e dispor de um amplo conjunto de fãs, que consomem massivamente produtos relacionados à Star Wars.

Autor: Marcello Raimundo Chamusca Pimentel

Co-Autora: Márcia Maria Carvalho Britto

Instituição: Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC/Salvador)

Título: O Serviço de Atendimento ao Consumidor das Empresas de Telefonia Móvel Celular em Salvador/Bahia: Um olhar estratégico sobre a qualidade das relações com o cliente/consumidor

Resumo:

Este artigo é fruto de uma pesquisa que se propôs a investigar como as operadoras de telefonia móvel celular que atuam em Salvador/BA têm gerenciado as informações advindas

dos seus Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC's) e quais as estratégias de comunicação estão utilizando no estabelecimento das relações com os seus públicos. Para isso, procuramos descrever a atuação dos SAC's dessas empresas, identificando as suas relações com os seus usuários (clientes/consumidores). Os cinco âmbitos conceituais utilizados para fundamentar a nossa proposta foram: características do consumo e a relação empresa-consumidor-órgãos de defesa; a antevisão de crises de imagem a partir dos SAC's; a necessidade de relações públicas estratégicas com o consumidor; as relações empresa-funcionário-consumidor na nova ordem mundial; os SAC's e as tecnologias contemporâneas de comunicação; e, características do marketing de serviços. Foram utilizados os métodos qualitativos e quantitativos em cinco etapas metodológicas pré-estabelecidas. Percebemos que os serviços de atendimento ao consumidor dessas empresas, muito ainda têm a avançar. Mas, como fazê-lo? A resposta para essa questão está, ao nosso ver, no uso estratégico das relações públicas nas relações dessas organizações com o seu público usuário (cliente-consumidor) e na formação e qualificação adequada dos gestores desses processos. Acreditamos que, a partir do momento que a gestão dos relacionamentos estiverem, estrategicamente, nas mãos de profissionais formados e qualificados para desenvolver planejamentos específicos de relacionamentos com os públicos, tratando-os nas suas especificidades, visando não apenas a construção e manutenção da imagem institucional e corporativa da organização, mas, sobretudo, o estabelecimento de níveis mais adequados de cooperação mútua, todo o avanço pretendido pode ser alcançado.

Autor: Márcia Maria da Cruz

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Título: A interação da favela e a cidade formal: processos de sociabilidade mediados pelo ciberespaço

Resumo:

Neste artigo, indagamos como a comunicação mediada pelo ciberespaço pode contribuir para a emancipação cívica nos âmbitos da cultura e educação de grupos excluídos, especificamente os movimentos sociais de favelas. Discutimos como as novas tecnologias da informação se relacionam com as transformações sociais em especial com a reconfiguração dos espaços urbanos. Tentamos ir além da discussão sobre inclusão/exclusão digital, obviamente, sem desconsiderá-la no entendimento do problema que aqui se coloca, ao mostrar como ferramentas da Web - sites, blogs e listas de discussão - têm sido integradas à luta por reconhecimento e redistribuição, entendida como a implantação de políticas sócio-econômicas de equidade. Indagamos como movimentos sociais de favelas - ao superar as limitações de uso da tecnologia - ampliam as formas de inserção, sociabilidade e do debate tendo em vista a potencialidade de os processos comunicativos instalados no espaço virtual ultrapassarem os limites físicos e geográficos das relações no mundo off-line. Por fim, analisamos como a dimensão relacional - especialmente a mediada tecnologicamente - está imbricada no processo de configuração do espaço urbano possibilitando a superação de barreiras visíveis - o planejamento urbano, transporte, coleta de lixo, a circulação de bens e mercadorias diferenciados - e invisíveis - o preconceito, a discriminação - que apartam a favela da cidade formal.

Sala 06

Coordenador: Luis Albornoz

Autor: Danielle Azevedo Souza

Co-Autor: César Ricardo Siqueira Bolaño

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Título: A Internet como suporte jornalístico em Aracaju: adaptação dos jornais impressos à nova realidade tecnológica e econômica da mídia

Resumo:

O trabalho propõe um modelo econômico para o jornalismo on-line, que se constitui um novo paradigma ao promover uma aproximação entre os setores de onda e da imprensa. A partir de então, é feita uma análise micro, confirmando as tendências apontadas com base em

pesquisas realizadas na cidade de Aracaju e desmistificando as ameaças econômicas que a imprensa tradicional estaria sofrendo com o jornalismo on-line.

Autor: João Tiago Jesus Santos

Co-Autor: Othon Jambeiro, Jussara Borges.

Instituição: UFBA (Universidade Federal da Bahia)

Título: A Indústria de Software de Salvador e Sua Contribuição ao Desenvolvimento da Sociedade da Informação

Resumo:

Vinculado a um projeto que investiga a infra-estrutura de informação e comunicação na cidade de Salvador/BA, o artigo faz uma abordagem acerca de um dos principais pilares da infra-estrutura tecnológica de informação - o software. No atual cenário em que se insere a organização sócio-econômica, tal componente da Informática apresenta-se como a principal força tecnológica no gerenciamento de processos infocomunicacionais. O texto apresenta um estudo sobre a indústria sotropolitana de software, tendo em vista a percepção de sua organização e funcionamento, à luz da realidade do setor, no plano nacional brasileiro. São apresentados, dentre outros aspectos que permitem caracterizá-la, dados sobre produtos gerados, mercado de consumo desses produtos e sua contribuição ao desenvolvimento da Sociedade da Informação na cidade e em outras regiões do País. De acordo com as categorias de análise utilizadas, observou-se, dentre outros aspectos, que, guardadas as proporções, há, sobretudo quanto à tipologia de produtos, um alto grau de similitude entre a indústria de software nacional e a local.

Autor: Raquel Gomes de Oliveira

Instituição: Universidad Autonoma de Barcelona

Título: Jornalismo digital, informação e controle

Resumo:

Uma nova forma de realizar a comunicação através da internet proporciona reciprocidade e rompe com a idéia tradicional, em que uma mensagem é enviada pelo emissor e assimilada pelo receptor. O jornalismo digital restabelece esta forma de comunicar; leitor exerce ambos papéis ao participar de foros de discussão, e passa a decodificar mensagens simultaneas; os códigos se diversificam; a comunicação nao é mais linear. O ciberjornalismo cresce em conceito e quantidade, o número de jornais e usuários aumenta a cada dia e devido ao grande número de ofertas, os leitores se tornam mais exigentes. Fazer com que o internauta permaneça mais que alguns segundos em uma pagina é um desafio, tornar-lo assinante é uma meta, assim, recrear a maneira de fazer jornalismo é inevitável. O meio online permite o uso de várias ferramentas digitais para o acesso à informação, a notícia chega ao usuário através de fotos, vídeos, audios e animações; o leitor se converte em cidadão participativo através dos foros e enquetes; o texto se apresenta em hipertexto e divide sua força de comunicar com outros formatos de comunicação. Portanto, o internauta decide como e onde navegar, o que ver, ler, ou escutar, opta se quer receber em seu e-mail e telefone celular as notícias de seu interesse. Terá o usuário maior controle da informação e da comunicação? Estará assim melhor informado? Por outro lado, os meios digitais possibilitam um jornalismo multacentral e intercultural, os editoriais da Red podem ficar online 24 horas do dia com todas suas fontes, repórteres e colaboradores espalhados pelo mundo, o fluxo de informação recebida nas redaciones é grande e diversificada. Os diários online estão selecionado melhor a informação que recebem e divulgam? As transformações de formato entre jornal digital e impresso são nítidas, e enquanto as mudanças de conteúdo e enfoques?

Sexta Feira, dia 11.11, 10h40 às 12h40

Sala 01

Coordenador: Cesar Bolaño

Autor: Anita Simis

Instituição: Universidade Estadual Paulista - Campus de Araraquara

Título: Cinema e Política Cultural durante a ditadura e a democracia

Resumo:

O trabalho pretende abordar a atuação em prol da produção cinematográfica nacional durante os períodos de vigência da ditadura e da democracia no Brasil. Assim, procuraremos traçar os principais aspectos que caracterizaram a ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945), o período democrático de 1945 a 1964, e estabelecer correlações com o período do regime militar, de 1964 até a eleição de Tancredo Neves, em 1985, e o momento posterior até os nossos dias.

Autor: Juan Jose Bas Portero

Instituição: Universidad Cardenal Herrera - Ceu (Valencia, España)

Título: Comunidad Valenciana: Hacia un Nuevo Modelo Audiovisual?

Resumo:

Las políticas comunicativas y culturales son elementos de análisis que permiten diseñar unas propuestas generales sobre las funciones de los medios de comunicación. Estos instrumentos de acción política sobre la cultura y la comunicación han de relacionarse con el espacio social y la estructura del sistema comunicativo en la que actúan, e inciden tanto en la producción de los medios de comunicación como en sus pautas de consumo y uso social. En el caso de España, la consolidación de un Estado de las Autonomías ha supuesto cambios importantes tanto en las estructuras comunicativas como en las políticas que sobre esta materia han desarrollado los diferentes gobiernos autonómicos. En el caso de la Comunidad Valenciana, ámbito en el que hemos centrado gran parte de nuestras investigaciones, las competencias de la Generalitat Valenciana en materia audiovisual han generado un espacio de comunicación propio, aunque en concurrencia con los medios locales y estatales. La comunicación tiene como objetivo analizar las políticas audiovisuales del gobierno valenciano en estos últimos años, ya que se están planteando una serie de reformas en dicho sector que abarcan la puesta en marcha de un Consejo Audiovisual, las posibles reformas de la radiotelevisión pública (RTVV), las concesiones de las licencias de televisión digital a las emisoras locales, la posibilidad de que puedan emitir televisiones privadas de ámbito autonómico, etc. Además, dicha reforma del modelo audiovisual se enmarca en un contexto de enfrentamientos políticos entre el gobierno español, en manos del Partido Socialista Obrero Español (PSOE), y el gobierno valenciano, en manos del Partido Popular (PP), lo que ha generado un cruce de acusaciones sobre la "oportunidad" de determinadas medidas legislativas y sobre la utilización partidista de los actuales proyectos de reforma del sector audiovisual, tema recurrente en la política audiovisual española.

Autor: Luis Antonio Serrano Guerra

Instituição: Universidad de Guadalajara

Título: Influencia Ideológica del Imperialismo Cultural Mediante Algunos Films y Programas Televisivos.

Resumo:

La dominación digital y de la imagen en la era actual, es ya casi imposible de controlar con el único recurso del poder militar, sino que ahora es necesaria la dominación semántica de los mass media. Un claro ejemplo del poder que ejercen los medios masivos de comunicación ante el público, fueron los acontecimientos ocurridos el once de septiembre, los cuales marcaron el inicio de un nuevo tipo de guerra que beneficiaría a los "hombres duros" de Estados Unidos y sus contrapartes terroristas en el exterior, con los pueblos pobres, pagando los costos. Y es que hoy por hoy, el cine, la televisión y el Internet son creadores de grandes mitos mundiales de la sociedad, que aparecen en la conciencia colectiva, precisamente La guerra de los sueños, de Marc Augé, nos presenta un panorama de cómo a través de las imágenes se produce un "bloqueo ritual, un déficit simbólico, un debilitamiento de las

mediaciones, de las cosmologías o de los cuerpos intermediarios de que hablaba Durkheim, es decir, cuando se produce una interrupción o una aminoración de la dialéctica identidad / alteridad, aparecen los signos de la violencia” (Augé, 1998: 29), es aquí donde nuestra preocupación se ve encaminada, ya que mediante las nuevas tecnologías, técnicas de la comunicación y de la imagen abstracta; nos habituamos a verlo todo, pero no es seguro que continuemos mirando. El hecho de que los medios hayan sustituido a las mediaciones contiene en sí mismo una posibilidad de violencia, que trasmite no tanto como imposiciones sino como sistemas asimilados a la conciencia cultural identitaria. El desarrollo de los medios y el cambio que generalmente se presentan como culturales manifiestan una serie de fenómenos en los cuales se vislumbra una serie de actos que fortalecen a los elementos más brutales y represivos en todas partes. Un ejemplo es lo ocurrido en ese septiembre, que dio la oportunidad de estar favoreciendo a los Estados Unidos, puesto que podrá imponer más reglamentos, más disciplina, promover los programas que deseen, la militarización del espacio entre otras. Es por ello que mi interés se centra en el programa Friends y Simpson, entre otras películas que manifiestan interrogantes sobre el rol de la cultura o de la idea que nos hacemos de ella en la historia más reciente, según el imperialismo, debido a que las culturas nunca son instancias caídas del cielo, que las relaciones entre los seres humanos siempre han sido el producto de una historia, de luchas, de relaciones de fuerza. La necesidad de que las culturas tengan sentido (sentido social concebible y viable) no las convierte en necesidades de naturaleza, por más que a veces asuman dicha apariencia. A través del método de la semiología, trato de encontrar tanto en los niveles de sentido, que por una parte invaden el subconsciente y por otra tratan en medida mucho mayor el nuevo régimen de ficción que afecta hoy la vida social, la contamina, la penetra hasta el punto de hacernos dudar de ella, de su realidad, de su sentido y de las categorías identidad y alteridad que las constituyen y la definen.

Autor: Maria Carmem Jacob de Souza

Instituição: Programa de Pós-graduação em Comunicação e culturas Contemporâneas - UFBA/Br

Título: Campo da telenovela e autoria: notas sobre a construção social do poder do autor nas telenovelas brasileiras.

Resumo:

As telenovelas brasileiras da TV Globo apresentam fortes traços autorais de seus escritores capazes de transformar temas pessoais em temas nacionais, temas morais em orientações de projetos e modos de vida para os telespectadores. Marcas de autoria que supõem tanto processos negociados de expressão do projeto criador de escritores imersos num dos maiores parques industriais de produção da ficção seriada, quanto interesses da emissora que através de seus autores garante reconhecimento, audiência, competitividade e dividendos. Como examinar esse projeto criador? Seguiu-se a trilha marcada pela rede conceitual elaborada por Bourdieu que relaciona a história da prática dos agentes com suas disposições e trajetórias nos campos particulares de suas práticas. As reflexões aqui apresentadas baseiam-se em pesquisas sobre a história de produção das telenovelas no Brasil e as trajetórias de escritores - autores da TV Globo, dos últimos vinte anos.

Sala 02

Coordenador: Valerio Brittos

Autor: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Co-Autora: Rose Marie Santini de Oliveira

Instituição: Universidade Candido Mendes

Título: Difusão musical e sonora na era das novas tecnologias e da Internet

Resumo:

A Internet altera o modo de fazer e experimentar cultura e arte. A música na era da Internet vive profundas mutações nos meios e processos de difusão. As novas tecnologias digitais possibilitam novas formas de disseminação dos sons musicais. A “cibercultura” reconfigura o mundo da música a partir das tecnologias de compressão dos arquivos. A Internet permite

transformar a música em arquivo digital virtual e cria uma aldeia global sonora. O download de arquivos da Internet é processo inovador de difusão e de consumo de música nas sociedades atuais. Este download pode ser troca entre amigos ou comércio eletrônico. A disseminação instantânea reduz distâncias entre o músico e seu público. A mudança dos canais de difusão musical permite capilarização quase infinita. A Internet muda as relações entre produtores e consumidores de música. Os produtores podem difundir com facilidade sua obra, tornando-a virtualmente acessível a milhões de pessoas com custos reduzidos. Os consumidores podem recuperar e usar arquivos musicais sem mediação da indústria fonográfica. Fluxos de música sem suporte físico fazem produtores e consumidores dependerem menos da indústria. Os computadores e seus mecanismos de busca na Internet ampliam as possibilidades de encontros e afinidades estéticas. A recuperação e uso dos arquivos musicais e sonoros em tempo real estão em crescente conflito com os interesses da indústria fonográfica. As grandes gravadoras parecem perplexas em relação ao aumento explosivo da disseminação de música na Internet, incluindo a transmissão nas rádios on-line. O potencial da Internet na difusão dos bens culturais encontra uma indústria fonográfica centrada nas circunstâncias comerciais. A facilidade e a rapidez de inserir arquivos, fazê-los circular, compartilhá-los e recuperá-los mudam profundamente processo de difusão musical. As grandes gravadoras parecem perder o controle do que é produzido, difundido e consumido. A história de música e sons na Internet está apenas começando.

Autor: Danilo Fraga Dantas

Instituição: Faculdade de Comunicação da UFBA

Título: MP3, o sonho de liberdade da canção?

Resumo:

Neste artigo pretendemos analisar a configuração da indústria fonográfica nos últimos anos. Tendo como foco as formas de circulação e consumo possibilitadas pelas novas tecnologias de comunicação, pretendemos analisar seu impacto na produção e no consumo da música popular massiva. Dentre os diversos problemas que esse fenômeno pode nos suscitar, pretendemos tratar mais especificamente do modo como ele afetou um dos formatos mais tradicionais de circulação da indústria fonográfica nas últimas décadas: o álbum. Esse formato, que se difundiu nos anos 60 junto com o LP, pode ser definido como uma reunião de gravações com um determinado nome e capa e ajudou a definir e organizar grande parte da produção e consumo da música nas últimas décadas. Porém as inovações tecnológicas trazidas, principalmente, pela internet prometem modificar esse panorama. O fenômeno das redes de computadores tem chamado a atenção dos estudiosos da Comunicação, entre outros motivos, por promover, pelo menos potencialmente, a descentralização da produção e consumo de informação. Essas características produziram uma série de consequências culturais, econômicas e políticas que têm sido alvo de debates intensos. Programas como o Napster, Kazaa, Soulseek, entre outros, possibilitam que usuários de todo mundo compartilhem canções ao largo da ação das grandes companhias, pelo menos as princípios. Essas novas formas de consumo, ou mesmo de produção, selariam a morte do álbum? Partindo das discussões da midiologia e dos estudos culturais pretendemos analisar o modo como diferentes meios de comunicação refletem nas relações entre a Indústria Fonográfica e o consumo cultural.

Autor: Rose Marie Santini de Oliveira

Co-Autor: Clóvis Ricardo Montenegro de Lima

Instituição: Universidade Estácio de Sá

Título: Produção de música na era das novas tecnologias e da Internet

Resumo:

A Comunicação, a Cultura e a Arte sofrem profunda mudança com a emergência das novas tecnologias digitais. As máquinas e os suportes eletrônicos de produção, armazenamento e difusão de informações induzem a profundas transformações na forma de produzir e no que se produz. A música na era na Internet vive grande reorganização dos seus modos de produção. Há mudanças no uso e no registro das linguagens musicais. As novas tecnologias digitais possibilitam novas formas de gravação e armazenamento de sons musicais. Esta oferta de recursos viabiliza o acesso de mais pessoas aos processos inovadores de criação e gravação. As formações subjetivas do processo de produção musical mudaram: criar e gravar

músicas usando recursos digitais poderosos tornou-se relativamente simples e comum. As novas tecnologias permitem softwares que constroem e reconstróem músicas e sons. O músico na era da Internet menuseia dispositivos físicos, como o monitor e placa de som. Neles são registradas as informações (em áudio), e pode-se produzir e reproduzir arquivos, definindo parâmetros de resolução sonora. O registro digital permite a músico experimentar com facilidade a composição e o arranjo sonoros. As novas tecnologias alteram o modo de fazer e experimentar a arte musical. Tornam possível a conversão dos sons em linguagem binária. Qualquer obra musical é passível de produção e compactação, à maneira de um arquivo de texto ou imagem digital. A digitalização do som torna seu conteúdo totalmente plástico, que pode ser integralmente reprocessado e transmitido através da Internet em tempo real.

Autor: José Carlos Ribeiro

Co-Autor: Luiz Fernando Cerqueira Borges

Instituição: Faculdade de Tecnologia e Ciências

Título: As Novas Tecnologias e o Processo de Pré-Produção da Indústria Fonográfica: Aproximações Possíveis

Resumo:

O ciberespaço trouxe novas possibilidades de experiências socioculturais, articuladas através de extensões indefinidas de tempo-espaco. Com o advento da Internet, a revolução das técnicas da informação e da comunicação se deu de forma tão rápida e profunda que passou a afetar as organizações sociais. Dentre as diversas manifestações observadas, a utilização do fluxo informacional para disseminação de músicas tem sido uma das expressões mais significativas. O planeta se rendeu ao fenômeno do mp3, como um verdadeiro mercado paralelo rizomático, onde quase tudo é permitido de forma livre e independente. Esse "descontrole" em pouco tempo abalou as estruturas administrativas das "majores", que passaram a perseguir com toda a sua força os incontáveis softwares desenvolvidos para facilitar a troca de músicas entre usuários. É evidente que estamos falando de mudanças político-econômicas significativas; contudo, apesar da presença de números expressivos, há pouca literatura especializada sobre o tema, e quando presente, atém-se basicamente à etapa de pós-produção musical. Além de considerável montante financeiro, esse mercado movimentou um complexo conjunto de relações sociais, constituído de inúmeros profissionais (e suas respectivas funções). Tendo isso em vista, este artigo propõe-se a identificar os agentes envolvidos e classificar as etapas do processo de pré-produção da Indústria Fonográfica na cidade de Salvador (Bahia), bem como promover, em paralelo, uma reflexão sobre o papel das novas tecnologias digitais como possíveis mediadoras das relações estabelecidas entre os diversos atores sociais presentes neste processo.

Sala 03

Coordenadora: Katia de Carvalho

Autor: Edilson Cazaloto

Instituição: PUC - São Paulo

Título: Glocal: Elementos para uma Crítica do Modo de Reprodução do Capitalismo Tardio

Resumo:

Este artigo visa articular as categorias de "Glocal" e "Império", ressaltando a centralidade dos processos comunicacionais na reprodução ampliada do capitalismo contemporâneo. A análise, simultaneamente cultural e política, busca interpretar como a intersecção de forças globais e locais atua na construção de uma nova subjetividade, ligada às necessidades de um modo de produção calcado na circulação de valores simbólicos.

Autor: Luciano de Souza Costa

Co-Autor: Luis Carlos Flávio

Instituição: Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Título: Ciência e Ideologia: a ciência econômica enquanto instrumento ideológico

Resumo:

Na busca de uma explicação sobre a realidade, o homem lançou e ainda lança mão de várias formas de conhecimento como: mito, religião, arte e ciência. Desde o nascimento da ciência moderna, que se deu a partir do Renascimento/Iluminismo, observa-se um discurso de supremacia da ciência em relação às outras formas de conhecimento. Embora, esta possa ser comparada algumas vezes ao conhecimento mítico/religioso quanto às formulações dogmáticas. A ciência, enquanto conhecimento estruturado a partir do paradigma cartesiano e newtoniano, produz campos de conhecimento, como a ciência econômica, baseados em um cientificismo que não permitem revelar os elementos da construção da realidade concreta. A ciência econômica ao se apresentar como uma ciência exata, negando sua natureza de ciência social, e portanto, passível de influências de valores, princípios e interesses, oculta a influência e os processos constituintes de uma sociedade de classes, sob o pretexto irrealizável da "neutralidade" científica. Neste sentido, as concepções de ordem natural da sociabilidade pertencem a um corpo ideológico, que sustentam uma visão de mundo burguesa. Doravante, estas concepções dão substância, em nome do desenvolvimento geral, à aplicação, por meio do Estado, Universidade, mídia e etc de um conjunto de práticas liberais. Desse modo, o poder (político, econômico, cultural) é garantido não mais pela força, mas pela produção/manipulação do conhecimento. Assim, o próprio conhecimento torna-se um instrumento de poder. Portanto, o presente artigo discute a relação entre ciência e ideologia, ressaltando que a ciência econômica é um instrumento de poder, forjado à luz do pragmatismo e dogmatismo difundidos atualmente na mídia. Neste sentido, é salutar discutir à luz da perspectiva marxiana e outras abordagens, como a atual ciência econômica, caracterizada pelos traços fragmentário e mecanicista, leva ao conservadorismo e à alienação das práticas sociais cotidianas. E, desse modo, dificulta o avanço da ciência, no que tange, às questões prementes do desenvolvimento social.

Autor: Paloma Abdallah

Co-Autores: Gabriela Amorim e Rodrigo Garcia

Instituição: Universidade Federal de Sergipe

Título: Cultura, um produto economicamente homogeneizado

Resumo:

Transformada pela economia pós-nacional, a cultura é esvaziada de sentido e torna-se um simulacro de si mesma, a fim de apresentá-la como um produto vendável aos olhos do mercado transnacional. Esse simulacro, criado a partir dos pontos mais universais das culturas locais, é difundido pelos meios de comunicação de massa a todos os recantos do mundo onde os mcm são capazes de chegar gerando assim um sentimento de proximidade universal não problematizado. Vale lembrar que, nesse caso, os elementos prevaletentes serão os das culturas hegemônicas, ou seja, das culturas que têm maior capacidade econômica de difundir-se através dos media. Embora em escala muito reduzida, alguns aspectos da cultura local influenciam o fenômeno global a fim de que ele possa ser mais facilmente aceito. Desta forma, criou-se a interdependência entre capitalismo, comunicação e cultura. Uma vez que a economia pós-nacional é gestada pela Globalização, necessita da comunicação constante entre os vários pontos do planeta. Para tanto, é imprescindível a presença dessa cultura homogeneizada capaz de ser facilmente entendida em qualquer lugar. Entretanto, podem-se estabelecer críticas a essa globalização que foi incapaz de promover a tão propalada aldeia global. Afinal, até que ponto ela conseguiu unir as mais diferentes culturas do mundo. O trabalho, então, propõe-se a discutir como a Globalização tem se concretizado num movimento de integração apenas dos espaços de criação, produção e comercialização através das redes de informação. Sendo, em contrapartida, espaço de exclusão daqueles que não são capazes de se alinhar ao capitalismo, dos que não podem competir no mercado globalizado e, principalmente, dos que não são grandes consumidores. Além disso, será discutida como essa nova configuração da economia tem homogeneizado a cultura. E o quanto este processo é importante para a manutenção do ciclo capitalista.

Autor: Wilson José Vieira Costa

Co-Autores: Ludmila Salomão e Raquel Andrade de Almeida Cunha

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Título: O "Novo Paradigma" de Economia e Política de Informação

Resumo:

Este artigo tem por objetivo analisar as características da nova ordem mundial estabelecida no final da década de 70, identificar em que medida esta nova ordem se diferencia das análises econômicas tradicionais, questionar a existência de uma "nova economia" e analisar as iniciativas de políticas de informação no Brasil. O surgimento de novas formas produtivas e a ampla difusão das novas tecnologias da informação sugerem uma transformação no regime de acumulação capitalista, outrora sustentado nos tradicionais recursos produtivos (terra, capital e trabalho). Logo, nota-se um deslocamento das forças produtivas, das instâncias de produção de valor, em direção a recursos intangíveis, tais como, informação e conhecimento. Assim propomos uma revisão de diferentes autores que sustentam que os novos sistemas produtivos, estruturados no formato de rede, predizem que o capitalismo avança em direção a outro estágio de sua evolução. Em oposição a tal linha de pensamento, outros autores sugerem a existência de uma nova economia com traços distintivos que a difere da "economia ortodoxa". Por fim, analisa-se o papel das políticas de informação como regulamentadoras desta nova ordem de forma a assegurar a ampliação dos espaços democráticos e da transparência das relações sociais.

Sala 04

Coordenadora: Maria Nélide Gomez

Autor: Antonio Ribas Reis

Instituição: Faculdade Batista Brasileira

Título: A Informação e as Instituições de Ensino Superior

Resumo:

O Ministério da Educação ao iniciar os debates sobre a exigência de qualidade na expansão da educação superior incentivou, nesse nível de educação, a cultura da auto-avaliação, também conhecida como avaliação interna. O sistema, voltado para a qualidade da educação superior brasileira, engloba instrumentos de avaliação dos mais variados aspectos e vem sendo construído de maneira a ser o mais abrangente e fidedigno possível. As Instituições de Ensino Superior (IES) devem implementar um modelo de gestão que utilize práticas gerenciais com a idéia central de geração de conhecimento e aprimoramento contínuo. A Avaliação Interna deve ser um instrumento de apoio ao planejamento e à tomada de decisões, constitui um processo por meio do qual uma instituição analisa internamente o que é o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, baseando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las. O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades. Para que a avaliação interna seja efetivamente consolidada é fundamental a comunicação dos resultados. A auto-avaliação institucional deve ter um momento crucial de exposição pública da instituição e de comunicação transparente com a comunidade interna e externa. No Brasil, em face da significativa participação do setor privado na oferta educacional, a avaliação constitui-se em importante instrumento de prestação de contas para a sociedade, para cada um dos usuários e para as próprias instituições. Portanto, o objetivo do trabalho é verificar e descrever como as Instituições de Ensino Superior estão comunicando os resultados de sua auto-avaliação.

Autor: Gláucia Araripe de Paula Fonseca, M. Sc.

Co-Autor: Marcus Vinicius de Araújo Fonseca, D. Eng.

Instituição: COPPE / UFRJ

Título: A Comunicação no Século XXI: Proposta de um Modelo Organizacional Para um Ambiente Universitário

Resumo:

As reflexões em torno de um sistema de comunicação integrada e das limitações de um modelo departamentalizado, bastante usual nas estruturas universitárias vigentes, ainda não trouxeram uma proposta efetiva de um modelo organizacional para uma Assessoria de

Comunicação (AC). Curvello (Legitimação das assessorias de comunicação nas organizações) constata que, na prática, tem-se ainda "resultados pífios quando se fala de integração das ações de comunicação" e acredita que tal desempenho esteja na crença de que bastaria uma gestão unificada para garantir a integração das ações. O modelo a ser apresentado inclui: Unidades de Negócios (UN) – compostas por Grupos de Trabalho (GT) que farão a interface com o mercado e que, entre si, formarão Comunidades de Prática; Comitê de Articulação – formado pelos coordenadores das UN; Comitê Estratégico (CE) – define, em caráter amplo, referenciais estratégicos da Comunicação, observando seu mercado e a necessidade dos clientes; Comitê de Planejamento (CP) – traça o planejamento da comunicação na universidade, definindo prazos, atribuindo responsabilidades e acompanhando as atividades da AC a partir das orientações e políticas do CE; Diretoria Executiva – com funções articuladora e gestora das atribuições relacionadas ao cumprimento das estratégias definidas pelo CE e das metas traçadas pelo CP, servindo como referencial na resolução de impasses, previstos e novas questões; Processos Permanentes e Projetos - atendem e dão suporte a todos os GT e a Unidade de Relações com o Mercado - propõe estratégias de marketing, divulgando tecnologias e negócios que acontecem na universidade. Essa Unidade também realiza o feedback junto aos GT, visando à identificação de oportunidades e a minimização dos problemas. Para que essa proposta seja implementada, os profissionais de comunicação precisam mudar seus modelos mentais, conscientizando-se de sua plena participação nos processos e atividades organizacionais desde seu início, evitando sua vinculação como elemento que apenas divulgue acontecimentos ou que gerencie situações frágeis.

Autor: Márcio Palmeira

Co-Autor: Robinson Tenório Uaçai Lopes

Instituição: UNEB/UFBA/UEFS

Título: Ferramentas e Estratégias de Pesquisa Interativa Acadêmica na Web

Resumo:

Atualmente, o acesso à informação eletrônica é um dos pontos altos das tecnologias de informação e comunicação aplicadas às consultas a bases de dados e bibliotecas. O acesso à informação disponível na Web se dá por diferentes pessoas de diferentes idades, culturas, territórios e necessidades, sejam cientistas, profissionais liberais, estudantes ou professores, que possuem também uma necessidade de informação diversificada, ou seja, profissional, cultural, lazer ou entretenimento. As Ferramentas de Busca são programas computacionais desenvolvidos com o objetivo de indexar informações descritivas e temáticas das páginas e / ou sítios da Internet em bases de dados, com a finalidade de possibilitar a recuperação de documentos solicitados, pelos usuários da Internet, segundo as estratégias de busca e os critérios adotados. Neste estudo identificamos e analisamos como são utilizadas as ferramentas interativas baseadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação em um Programa de Pós-graduação buscando responder as seguintes questões: Quais as ferramentas interativas mais utilizadas pelos professores / pesquisadores e alunos? De que forma os professores / pesquisadores e alunos desenvolvem suas pesquisas utilizando as ferramentas interativas? Quais as ferramentas interativas que os alunos são orientados pelos professores a utilizarem no desenvolvimento de suas pesquisas? E qual o grau de interatividade das ferramentas interativas utilizadas para apoiar a pesquisa acadêmica? Apesar de todas as vantagens que podemos obter na utilização das estratégias interativas baseadas nas tecnologias da informação e comunicação para apoiar a pesquisa acadêmica, no caso em estudo concluímos que apenas as estratégias interativas que são categorizadas como estratégias de busca de informações, e que são consideradas de menor grau de interatividade, são efetivamente utilizadas pelos professores / pesquisadores.

Autor: Robinson Tenório

Co-Autor: Uaçai de Magalhães Lopes

Instituição: Ufba/Uefs

Título: Pesquisa: domínio da tecnologia do projeto e realização da pesquisa como diferencial profissional na sociedade da informação

Resumo:

O atual momento da sociedade contemporânea é um momento de crise. A sociedade ainda não perdeu sua configuração da sociedade industrial, mas, ainda não assumiu todas as

características da chamada "sociedade da informação". Esse momento de crise é marcado pela convivência de modelos em conflito. A produção de conhecimento inseri-se como o principal fator de convergência para a consolidação das características da nova sociedade. A produção do conhecimento insere-se como principal fator de produção. O planejamento e elaboração de uma pesquisa é essencialmente o processo de domínio tecnológico de produção de conhecimento. O momento de crise caracteriza também a diferenciação de um lado, dos profissionais que dominam esse processo tecnológico (planejamento e elaboração de pesquisa), e de outro, aqueles que simplesmente cumprem especificações técnicas sem a preocupação com o avanço do conhecimento. A sociedade da informação requer que todo e qualquer profissional torne-se um elo na cadeia de tratamento da informação e de produção de conhecimento. O conhecimento que antes era um produto externo ao produzir, um sub-produto do processo de produção, passa agora a ocupar o lugar central na cadeia produtiva. O domínio da pesquisa, desde a elaboração do projeto até a escritura de um artigo científico é, antes de mais nada, fator de diferenciação profissional. Na sociedade da informação a pesquisa precisa deixar de ser uma prática circunscrita ao dito "pesquisador", para tornar-se um instrumento de intervenção de todo profissional. O essencial na sociedade da informação é que toda atividade humana converta-se em conhecimento e a pesquisa é a atividade por excelência de produção de conhecimento. É através do artigo científico e de sua publicação que o conhecimento enquanto resultado da atividade humana ganha valor, torna-se bem de consumo, converte-se em riqueza social.

Sala 05

Coordenador: Anita Simis

Autor: Aline A. Bandeira

Instituição: UFBA, Instituto de Ciência da Informação

Título: O Controle da Informação no Estado Brasileiro e a *Accountability*

Resumo:

Inúmeros são os debates acerca da relação entre as tecnologias de informação e de comunicação (tics) e o controle da informação. Não obstante as diferenças culturais e sócio-econômicas, cada Estado-nação adota políticas que podem controlar a disseminação da informação de interesse público para a coletividade. A existência de atores sociais articulados no sentido de argüir e contra-argumentar determinadas políticas públicas que tencionem o cerceamento e o controle do acesso à informação referente à gestão pública é de fundamental importância para a *Accountability* no mundo contemporâneo. O núcleo do instigante estudo é auferir o real processo da *Accountability* no Brasil. O presente artigo vem por objetivo a discussão do papel da denominada "Sociedade da Informação" frente à chamada *Accountability*, termo ainda sem uma definição na língua portuguesa, o qual significa transparência governamental, bem como a prestação de contas por parte de autoridades, além de ser empregado quando cidadãos promovem manifestações ao considerarem inoperante a gestão pública de determinado gestor. Ressalta-se que o posicionamento da "Sociedade da Informação" detém a capacidade de nortear o destino da nação brasileira, iniciando este processo de cidadania ativa em contextos sócio-econômicos locais. Tenciona-se demonstrar que a *Accountability* pode vir a romper o controle de informações, destinando-as à coletividade, a fim de que a população possa, não apenas acompanhar as políticas públicas e os seus resultados, como também, exigir idoneidade no uso do erário. A cidadania moderna conceitua-se na participação de atores sociais que reiteradamente quebram paradigmas na atual "Sociedade da Informação". Estas assertivas são referenciadas por obras de diversos autores, dentre os quais, José M. Jardim, Manuel Castells e Maria N. González de Gómez.

Autor: Leila Beatriz Ribeiro

Co-Autores: Valéria Cristina Lopes Wilke, Carmen Irene Correia de Oliveira, Wagner Miquéias F. Damasceno, Júlia Lemos, Teresa Paletta.

Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Título: Uma projeção antecipada da sociedade do controle: uma representação ficcional

Resumo:

No biopoder, que constitui o novo paradigma de poder vigente na sociedade do controle, o corpo social tende a ser totalmente engolido pela máquina do poder que se manifesta e se estende pelas consciências e pelos corpos dos indivíduos, fazendo uso de todo o aparato das novas tecnologias de informação e comunicação. Estas constituem, segundo muitos teóricos, o cerne da sociedade da informação e/ou sociedade do conhecimento e também mediatizam as trocas materiais sociais e simbólicas, desde a produção da informação, passando pelos processamentos de tratamento até os seus diversos usos e fluxos. Ambigualmente, as NTICs que viabilizam o controle, também podem possibilitar "pontos de fuga" ao indivíduo, quando este compreende a dinâmica de funcionamento deste sistema e sua lógica informacional. As investigações empreendidas em nosso projeto institucional de pesquisa, no campo da informação, memória e texto fílmico, focalizam as temáticas relacionadas à construção de representações ligadas a estes conceitos. Dessa forma, a problematização de questões ligadas às novas tecnologias e à informação toma forma na análise fílmica de textos que são representativos de temas, tais como: biopoder, sociedade do controle, sociedade da informação, usos e abusos das tecnologias. Exemplar é o trabalho realizado com o filme *Inimigo do Estado* (*Enemy of the State*, 1998), no qual temos uma "projeção antecipada" do controle associado ao poder do Estado (segurança nacional norte-americana), via tecnologias, que é enfrentado de forma eficaz quando o acesso à informação consubstancia-se em conhecimento.

Autor: Aurora Leonor Freixo

Co-Autor: Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva

Instituição: Instituto de Ciência da Informação/UFBA

Título: Acesso à informação governamental: a (des)organização estrutural dos serviços de arquivo na administração estadual da Bahia

Resumo:

O tema abordado neste artigo está associado a um relato de experiência decorrente de atividade de consultoria a órgãos públicos depositários de documentação arquivística, constituindo um dos aspectos centrais de projeto de pesquisa em desenvolvimento, com apoio da CAPES, no âmbito do curso de mestrado em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. O Estado brasileiro possui uma ampla e complexa rede de arquivos produzidos no exercício de suas funções. As possibilidades de acesso à informação governamental, tanto pelo administrador público como pelo cidadão, encontram-se diretamente relacionadas ao conjunto de práticas desenvolvidas pela administração pública no decorrer do ciclo informacional. O objetivo do texto é o de atualizar a investigação e a análise sobre a estruturação dos serviços de arquivo na administração estadual da Bahia, abordando a questão do acesso à informação governamental como base da transparência do Estado. Conclui indicando que a desorganização estrutural dos serviços de arquivo e documentação desponta como obstáculo às propostas de modernização do aparelho do Estado.

Autor: Regina Sá Menezes

Co-Autor: Francisco Teixeira

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Título: Gestão da segurança da informação: práticas de segurança da informação implementadas em duas organizações que atuam no Estado da Bahia.

Resumo:

As organizações públicas e privadas têm demonstrado carência com relação à proteção de informações organizacionais. Por tradição, elas direcionam uma atenção maior a segurança de bens patrimoniais e financeiros. Na presente pesquisa foram investigadas as práticas de segurança da informação implementadas em duas organizações que atuam no Estado da Bahia, se elas são aderentes aos padrões de segurança existentes e as consequências da não implementação de controles adequados para a redução dos riscos presentes em seu ambiente. Foi feita uma revisão da literatura sobre o tema e foram realizados estudos de caso em duas organizações que atuam no Estado da Bahia. Conclui-se que nas organizações estudadas, nem sempre são adotadas as práticas de segurança da informação necessárias para a redução dos riscos presentes em seu ambiente. Isso as deixa mais vulneráveis à ocorrência de incidentes de segurança, possibilitando a perda de confidencialidade,

integridade e disponibilidade da informação. Palavras-chave: práticas de segurança da informação; segurança da informação; tecnologia da informação.

Sexta Feira, dia 11.11, das 16h10 às 18h10

Sala 01

Coordenador: Aldo Barreto

Autor: Jeder Silveira Janotti Junior

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Título: Música Popular ou Música Pop? Trajetórias e Caminhos da Música na Cultura Mediática

Resumo:

Apesar dos inúmeros estudos sobre a Música Popular Brasileira e a influência de gêneros musicais globais, como o rock e rap, pouco foi discutido sobre o entorno mediático que caracteriza as expressões musicais no Brasil contemporâneo. Este artigo parte da discussão sobre as configurações que caracterizariam a música popular brasileira, a força da indústria fonográfica no processo de produção/distribuição das canções e o papel que essas expressões culturais exercem no cenário cultura contemporâneo. Assim, procura-se entender o que caracterizaria a chamada "música popular massiva".

Autor: Messias Guimarães Bandeira

Instituição: Faculdade de Tecnologia e Ciências

Título: A Economia da música online: propriedade e compartilhamento da informação na sociedade contemporânea.

Resumo:

O fenômeno de difusão e compartilhamento de músicas pela Internet tem repercutido nas rotinas de criação e consumo da música popular, operando mudanças irreversíveis na sua cadeia de produção. Este trabalho analisa, sob a ótica da comunicação contemporânea, os efeitos das tecnologias de informação e comunicação junto às categorias da cadeia de produção musical, especialmente da indústria fonográfica. A problematização do tema se desdobra em três importantes eixos de investigação, a saber: a relação entre comunicação, música e tecnologia; a transformação operada pela Cibercultura junto às rotinas tradicionais da produção cultural, sobretudo da música popular; as implicações artísticas, econômicas e legais da chamada música online (decorrências do fenômeno de troca de arquivos, ponto a ponto, pela Internet). Os esforços foram empreendidos à luz das teorias da comunicação, da informática, da economia política da comunicação, bem como dos estudos da música popular e das questões relacionadas ao direito autoral e à propriedade intelectual, num viés interdisciplinar próprio das Ciências da Comunicação.

Autor: Simone Maria Andrade Pereira de Sá

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Título: Consumo musical na cibercultura

Resumo:

O trabalho pretende explorar as reconfigurações do consumo musical a partir das novas tecnologias da comunicação, com foco no embate entre os grandes monopólios de radiodifusão e da indústria fonográfica versus as práticas baseadas na comunicação mediada por computador (programas p2p para troca de arquivos, pod-posting, entre outras). A noção de "crise" dos oligopólios da indústria fonográfica será abordada como sintoma que aponta para reconfigurações nas formas de escuta, destacando-se o debate em torno da definição de autoria e as novas concepções de direitos autorais, traduzidos na noção de cultura *copyleft*.

Sala 02

Coordenador: Alain Herscovici

Autor: Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

Co-Autores: Susane Santos Barros, Rodrigo França Meirelles e Nanci Oddone

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Título: Cópia de livros nas universidades brasileiras

Resumo:

Desde outubro de 2004, quando o Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual foi criado no âmbito do Ministério da Justiça, a prática de xerocar livros ou partes de livros para uso em disciplinas universitárias de graduação e pós-graduação tem agitado o meio acadêmico brasileiro. Como resultado das controvérsias suscitadas em torno da questão, o deputado Antonio Carlos Mendes Thame submeteu à Câmara, em abril de 2005, o Projeto de Lei 5.046, que autoriza a reprodução de livros, desde que sem fins comerciais, para uso exclusivo de estudantes universitários. A Associação Brasileira de Direitos Reprográficos, que reúne algumas das mais importantes editoras do país e atua como "entidade fiscalizadora e repressora da reprodução ilegal das obras de seus associados", por sua vez, dispõe-se a intensificar a luta contra a "pasta do professor". Embora a Lei 9.610/98, em seu artigo 46, seja omissa quanto ao percentual que pode ser reproduzido de cada obra, sem intuito de lucro, para uso do copista, algumas instituições universitárias têm buscado formas de regular a matéria no âmbito de seus campi. Aspectos importantes dessa polêmica – como a situação precária dos acervos das bibliotecas universitárias brasileiras e a condição sócio-econômica dos estudantes – não tem sido, contudo, ponderados com ênfase suficiente. Neste contexto, o estudo objetivou compreender as diferentes variáveis que determinam o fenômeno das cópias de livros no meio acadêmico e identificar as propostas de ação que vêm sendo sugeridas pelas instituições de ensino universitário. A estratégia metodológica optou pelo emprego de duas técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental e o survey por questionário, procurando dar destaque à posição das editoras universitárias sobre a questão. Os resultados indicaram a complexidade do fenômeno, apontando a decisão de algumas instituições de ensino superior de buscar alternativas consistentes para solucionar o problema e cumprir a legislação sem prejudicar o ensino ou onerar o custo da formação profissional para os estudantes.

Autor: Gisele Marchiori Nussbaumer

Instituição: Universidade Federal da Bahia/UFBA

Título: Equipamentos culturais de Salvador: públicos, políticas e mercados

Resumo:

O texto apresenta um mapeamento dos principais equipamentos culturais de Salvador, descrevendo-os e analisando-os a partir de três eixos: públicos, políticas e mercados. Detemo-nos, em particular, naqueles equipamentos utilizados para as artes do espetáculo (shows musicais, teatro e dança), traçando um perfil dos públicos frequentadores desses equipamentos, examinando em que segmentos de mercado eles se inserem e verificando, por um lado, se eles possuem políticas culturais próprias, por outro, qual a influência das atuais políticas públicas de incentivo a cultura na gestão dos mesmos. Com esse texto pretendemos estimular uma reflexão sobre os padrões de cultura vigentes e sobre o que é efetivamente produzido e colocado à disposição da população nos equipamentos culturais da cidade.

Autor: Jefferson Rodrigues Barbosa

Co-Autor: Francisco Luis Corsi

Instituição: Universidade Estadual Paulista - UNESP

Título: O projeto político integralista no jornal "Acção".

Resumo:

A Ação Integralista Brasileira apresentava-se em sua propaganda oficial como um "Movimento de Cultura" embora tenha se tornado partido político em 1935. Neste mesmo ano fundam o Sigma- Jornais Reunidos, um consórcio jornalístico com 88 jornais em circulação por todo o

território nacional visando as eleições para a Presidência da República que ocorreriam em 1938 onde apresentavam a candidatura de Plínio Salgado, fundador e chefe nacional. A rede de propaganda integralista utilizava-se além de jornais também de livros e do rádio para divulgar sua campanha doutrinária e sua propaganda eleitoral. Os jornais em geral tinham como propósito popularizar a doutrina produzida pelas lideranças do movimento, porém os jornais diários tinham como singularidade apresentar também discussões sobre os principais acontecimentos da vida política nacional e internacional. Em 1936 os integralistas do Estado de São Paulo fundaram o jornal *Acção*, diário vespertino que circulou até 1938, ano que Getúlio Vargas coloca todos os partidos na ilegalidade, inclusive a AIB que teve participação efetiva na implantação do golpe de Estado. O discurso do jornal tinha um caráter nacionalista e defendia a perspectiva de organização do Estado em moldes corporativistas. Algumas propostas de projeto nacional defendida pelos integralistas encontraram eco nos desdobramentos políticos do Estado Novo e refletem o debate intelectual travado desde o início do século XX entre intelectuais brasileiros que pensaram a organização nacional através de modelos de "Estado Forte". Buscamos então compreender as possíveis mudanças no discurso do jornal "*Acção*" após 1937 e as similaridades e diferenças entre sua proposta política diante da Constituição promulgada no mesmo ano e como estas propostas refletiam uma tradição cultural de pensamento autoritário que cristalizava-se no debate nacional sobre questões relativas ao Estado. Buscamos contribuir para os estudos da cultura política nacional, através de uma investigação crítica situando a imprensa da AIB como representante do pensamento autoritário de direita no Brasil.

Autor: Ricardo Fabrino Mendonça

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Título: A mídia e a transformação da realidade

Resumo:

Este trabalho pretende mostrar a importância da mídia em processos de inovação social. A proposta nasceu para se contrapor à visão amplamente difundida segundo a qual os meios de comunicação apenas reproduzem valores e ideologias naturalizados ou hegemônicos. É verdade que a mídia desempenha um grande papel na manutenção de sentidos cristalizados e, assim, na consolidação da ordem. Mesmo porque ela é permeada por questões de poder. Como lembra Stuart Hall, a enunciação midiática constrói narrativas a partir de certos mapas culturais, que contêm significados e práticas sociais, bem como índices de poder e interesse. Não se pode, todavia, negligenciar os potenciais de transformação que a mídia traz consigo. Suas narrativas também abrem processos que podem gerar a alteração de entendimentos e quadros de referência amplamente difundidos, bem como a reformulação de regras e desenhos institucionais. Entendendo que os meios de comunicação são instituídos por uma série de valores e instituições, ao mesmo tempo em que ajudam a instituí-los, buscar-se-á discutir a relevância deles nos processos reflexivos através dos quais a sociedade se pensa e se transforma. Em nosso percurso, apoiar-nos-emos na perspectiva deliberacionista de democracia, defendida por uma série de autores e calcada nos princípios habermasianos de ação comunicativa e two-track democracy. Começaremos com uma breve discussão sobre mídia e sobre as noções de inovação cultural e institucional. Passaremos, então, a abordar cinco categorias analíticas que nos possibilitam pensar a inserção da mídia nos processos inovadores: A) Meio de expressão; B) Pré-estruturação da esfera pública; C) Fórum de debates; D) Instauração de processos de accountability; e E) Forma de mediação na tessitura de identidades. De cunho estritamente conceitual, esse ensaio busca mapear pontos importantes para pensar a mídia e a construção social da realidade.

Sala 03

Coordenador: Giovandro Ferreira

Autor: Sidney Ferreira Leite

Instituição: Faculdade Cásper Líbero

Título: Comunicação e Mercado: nem apocalípticos, nem integrados

Resumo:

Resumo-As reflexões sobre a comunicação e o mercado ganharam novas nuances e matizes com o desenvolvimento mais acelerado do processo histórico que se convencionou denominar por globalização ; nos últimos quinze anos tais ponderações têm sido orientadas, por duas perspectivas, que parafraseando Umberto Eco, podem ser caracterizadas, grosso modo, como apocalípticas e integradas. Ambas promoveram e instigaram acalorados debates no mundo acadêmico, no interior das organizações públicas e privadas, na mídia e na sociedade. Porém, as duas demonstram atualmente claros sinais de definhamento, pois perderam, entre outros aspectos, a capacidade de explicar os fenômenos mais recentes do campo comunicacional. Essa fase de debilidade é ideal para superar as concepções existentes, sistematizar novas hipóteses, delinear projetos de investigação e, concomitantemente, buscar modelos explicativos alternativos. É importante ressaltar que os estudos e as pesquisas voltadas para desconvir as complexas relações entre a comunicação e o mercado (globalização) são relevantes, pois, entre outros aspectos, porque contribuem para a inserção dos cursos de graduação e pós-graduação em comunicação no debate público sobre os caminhos e descaminhos dos meios e processos de comunicação que, desde o final do Breve Século XX, passam por mudanças agudas. Nessa perspectiva, habilita-os a contribuir com propostas alternativas e, ao mesmo tempo, a opinar como atores diretamente envolvidos nas transformações em andamento. Há uma plêiade de formas e conceitos para definir o fenômeno globalização. Assim, faz-se necessário explicitar qual será o utilizado nessa comunicação. Ao longo desse trabalho, o conceito adotado é o sistematizado pelo historiador Nicolau Sevchenko, pois as reflexões desse autor sobre o tema em questão, parecem identificar aspectos fulcrais que incidem diretamente sobre o campo da comunicação. Em especial, a constatação, segundo a qual, o mundo contemporâneo tem entre suas principais características a reformulação dos referenciais de espaço, de tempo e de mentalidade. O impacto das mudanças provoca no homem contemporâneo o sentimento de incapacidade de prever, resistir ou entender o rumo dos processos sociais: Foi esse o efeito que levou os técnicos a formular o conceito de globalização, implicando que, pela densa conectividade de toda a rede de comunicações e informações envolvendo o conjunto do planeta, tudo se tornou uma coisa só. Algo assim como um único e gigantesco palco onde os mesmos atores desempenham os mesmos papéis na única peça em que se resume todo o show. O efeito do cenário descrito acima é devastador. Os prejuízos são deixados em um plano secundário. O ritmo acelerado em que as mudanças acontecem, em todas as dimensões do cotidiano, leva a seguinte previsão: provavelmente nunca teremos tempo para refletir, nem mesmo para reconhecer o momento em que já for tarde demais . Essa comunicação é uma tentativa de propiciar um tempo, mesmo que breve, de indagações e refutações. A seguir, passaremos a identificar as correntes interpretativas que se propuseram a decifrar e detectar os impactos do mercado, em sua fase de globalização, na comunicação. Em suma, os debates e os estudos sobre as relações entre a comunicação e o mercado são delineados, nos últimos quinze anos, pelo viés ideológico. De um lado, os argumentos dos intelectuais que têm uma concepção apocalíptica e proclamaram o fim do projeto do homem iluminista e a "vitória do sistema," representada pela emergência do homem unidimensional. De outro, os integrados que fizeram apologia dos valores do mercado e defenderam esse como o legítimo regulador da sociedade. A presente comunicação além de identificar e criticar as duas linhas interpretativas identificadas acima, sustenta que é necessário superar as perspectivas e os argumentos dos apocalípticos e dos integrados e, simultaneamente, buscar novos modelos explicativos.

Autor: Tenessy Mnemosyne

Co-Autores: Maurício Cavalcante, Marcelo Matos, Leila Brizeno, Jaqueline Araújo, Aline Alves Bandeira

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Título: Da Sociedade da Informação à Sociedade do Conhecimento: perspectivas ético-políticas

Resumo:

A globalização é um processo de internacionalização da modernidade caracterizado pela perda do poder de controle por parte dos Estados-Nações sobre o seu território para mecanismos e empresas transnacionais que passam a ditar as condições de desenvolvimento dos mesmos. A globalização intensifica as relações sociais de maneira que diversas regiões do globo passam

a formar uma rede comunicacional, configurando o que se chamou de Sociedade da Informação. No entanto, outras regiões estão completamente fora desta rede e sem nenhuma perspectiva a longo prazo de serem incluídas. Ao mesmo tempo, que esse processo tenta concluir as promessas do projeto da modernidade, almejado pelo welfare state, ela tende, cada vez mais, a aumentar o fosso social entre aqueles que participam e não participam dessa sociedade mundial. Uma outra característica da contemporaneidade é o privilégio de uma racionalidade instrumental em detrimento de uma racionalidade ética (Boaventura Santos), do mundo do sistema em detrimento do mundo da vida (Jurgen Habermas). Assim, configura-se um paradoxo, pois os problemas da sociedade de risco (aumento da violência das grandes cidades, desmatamento das áreas ambientais, o sucateamento do ensino público, os agrotóxicos dos alimentos, os excluídos digitais, etc...) não conseguem ser resolvidos pela via técnica. E muitas vezes, quando isso acontece, os riscos tendem a se agravar cada vez mais, exatamente pelo fato de que não há parâmetros para avaliá-los. Dentro deste contexto assistimos o conceito de sociedade da informação se reduzir aos seus aspectos técnicos. Dessa maneira, a democratização da informação é associada apenas a disponibilização de recursos tecnológicos, concebendo essa ação como uma inclusão dos indivíduos na chamada sociedade da informação. Esta problemática não deve se reduzir a popularização de dispositivos tecnológicos (computador, telefone, internet, etc...) nem, unicamente, a difusão de conhecimentos técnicos de operação de tais dispositivos. Assim, quando deslocamos a discussão de uma sociedade da informação para uma sociedade do conhecimento, deslocamos juntamente o aspecto técnico para um aspecto ético, já que não basta o acesso indiscriminado à informação de todo tipo, mas a capacidade do sujeito de construir relações entre as informações adquiridas produzindo conhecimento, ou seja, dando sentido às informações. Portanto, há uma necessidade de uma análise mais ampliada da idéia corrente de informação e sociedade da informação, remetendo-a a uma perspectiva epistemológica, ética e sócio-política.

Autor: Francisco Javier Moreno Gálvez

Título: Políticas Públicas de Comunicación y Desarrollo Regional: el papel de las regiones dentro de la Sociedad de la Información

Resumo:

Actualmente, se habla de Sociedad de la Información para hacer referencia al nuevo contexto donde el centro de la esfera productiva es ocupado por las Nuevas Tecnologías de la Información y de la Comunicación (NTIC) La importancia creciente de estas tecnologías es paralela a un desplazamiento de los centros de regulación y toma de decisiones en materia de comunicación. Si en la década de los 70 e inicios de los 80, era la UNESCO la protagonista indiscutible del debate de las políticas de comunicación, ahora es la UIT la encargada de convocar y organizar la Cumbre Mundial sobre Sociedad de la Información (CMSI), a celebrarse en dos fases (Ginebra 2003 – Túnez 2005) En este contexto, los diferentes actores gubernamentales colocan los conceptos de Sociedad de la Información o de Revolución Tecnológica en todos los documentos y propuestas políticas a desarrollar en el inicio del milenio. Definir qué se esconde detrás de estos conceptos y cuál es el papel de las regiones del Sur en este proceso es el objetivo de este trabajo, tomando como referencia la región de Andalucía en el marco de la Unión Europea. Este trabajo se enmarca dentro del proyecto conjunto "Políticas Públicas de Comunicación y Desarrollo Regional en España y Brasil" que, dentro de un acuerdo Capes y Ministerio de Educación y Ciencia de España, vienen desarrollando los grupos de Economía Política de la Comunicación de las Universidades de Sevilla, Sergipe y Brasilia.

Autor: Adriano de Mendonça Joaquim

Título: Políticas públicas informacionais no Comércio Exterior brasileiro - Uma análise sobre o nível de eficácia informacional do site Portal do Exportador na ótica da Economia Política da Informação.

Resumo: Todos que estudam e/ou trabalham com o Comércio Exterior brasileiro concordam que a criação do SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior – constituiu um divisor de águas para todas as ciências que tenham como objeto de estudo o Comércio Exterior brasileiro. Até 1993, todos os órgãos federais envolvidos no processo

de construção e/ou gestão de políticas públicas de Comércio Exterior, fossem elas fiscais, comerciais, financeiras, cambiais ou até mesmo as administrativas e infra-estruturais; bem como os usuários do sistema de Comércio Exterior, tais como exportadores, importadores, despachantes aduaneiros, agentes de carga, estudantes, pesquisadores e etc.; não contavam com nenhum instrumento de base tecnológica informacional, na qual a informação estivesse a serviço da eficácia do Sistema de Comércio Exterior. Porém, a partir de 1993, tudo isso entrou em um grande processo de transformação. Os órgãos gestores do Comércio Exterior; a Secretaria da Receita Federal, o Banco Central e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, utilizando-se do Siscomex e de suas possibilidades informacionais passaram a desenvolver produtos e serviços de base tecnológica informacional para todos os usuários do sistema. Um bom exemplo disso é o Portal do Exportador (www.portaldoexportador.gov.br) vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior que tem como objetivo congregar e popularizar todos os instrumentos informacionais disponíveis aos usuários do sistema, principalmente, àqueles que pretendam iniciar o seu processo de internacionalização. Por outro lado, Tefko Saracevic propõe na conclusão do seu artigo Ciência da Informação: origem, evolução e relações, a seguinte reflexão: "até que ponto as aplicações tecnológicas permitem, realmente, o eficiente acesso à informação e a comunicação dos amplos estoques disponíveis de conhecimento?". Tendo como fio condutor o questionamento do autor, a proposta desse trabalho será a de analisar o nível de eficácia informacional do site Portal do Exportador sob a perspectiva da Economia política da Informação.

Sala 04

Helena Pereira da Silva

Autor: Leonardo Figueiredo Costa

Instituição: Faculdade de Comunicação - UFBA

Título: Inclusão digital: uma alternativa para o social? Análise de projetos realizados em Salvador

Resumo:

Este trabalho busca analisar os projetos em andamento na cidade de Salvador que se enquadram sob o termo "inclusão digital", num estudo que procura demonstrar até que ponto os mesmos estão inseridos no conceito proposto de inclusão digital. Para fins metodológicos foi desenvolvida uma tipologia específica de análise, numa forma de tentar esclarecer a abrangência que o conceito e seus análogos podem abarcar. Compreendida a partir desse modelo, a inclusão digital é caracterizada em três tipologias: técnica, cognitiva e econômica, além das propostas induzidas e espontâneas. Essas formas de inclusão não são excludentes, mas complementares, e permitem analisar os projetos. A escolha desse tema levou em consideração os estudos desenvolvidos como bolsista no Grupo de Pesquisa em Ciberidades (GPC/CNPq), integrante do Ciberpesquisa, da Universidade Federal da Bahia.

Autor: Fernando Augusto Mansor e Mattos

Instituição: PUC Campinas (Programa de pós-graduação em Ciência da Informação)

Título: Os Limites da Inclusão Digital no Brasil

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar os limites e as possibilidades da inclusão digital na sociedade brasileira. Na primeira parte do artigo, chamaremos atenção para o fato de que a maneira pela qual as novas TIC's têm sido incorporadas nas sociedades capitalistas atuais nos faz supor que o caráter assimétrico e excludente do atual processo de globalização econômica tende a ser acentuado. Na segunda parte do artigo, pretendemos apresentar alguns dados que descrevem o que chamaremos de heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira, destacando a acentuada desigualdade na distribuição da renda nacional, que deriva da

herança histórica do processo de desenvolvimento econômico do país. Essa heterogeneidade estrutural também se manifesta na forma de um acentuado grau de exclusão digital na sociedade brasileira, de acordo com os indicadores disponíveis. São feitos alguns comentários críticos a respeito da imprecisão de alguns indicadores que se destinam a medir a exclusão digital. Apregoamos a necessidade da mesma ser analisada não apenas em termos quantitativos, mas também qualitativos. Nas conclusões, além de uma revisão crítica da literatura sobre inclusão/exclusão digital, destacaremos as especificidades da sociedade brasileira e as dificuldades de inclusão digital em uma sociedade já acentuadamente desigual como a brasileira. São propostas também novas formas de se avaliar a magnitude da exclusão digital no Brasil, ressaltando a necessidade de o Estado brasileiro formular e implementar políticas públicas para ampliar o contingente de "inoincluídos" no país.

Autor: Nilton Bahlis dos Santos

Instituição: RITS – Rede de Informação do Terceiro Setor

Título: Estratégias de Inclusão Digital, a Batalha das Práticas Culturais

Resumo:

Muitas preocupações tem sido manifestadas quanto a "Divisão Digital" e a necessidade de um esforço de "Inclusão Digital" de amplas parcelas marginalizadas da população para não correremos o risco de aprofundarmos a tão conhecida "Divisão Social". Mas não podemos dizer que existe um consenso sobre a maneira de fazê-lo. As políticas públicas e a prática de muitas organizações que enfrentam este problema se atêm basicamente ao seus aspectos mais evidentes. Algumas dão mais importância para questões ligada a regulação, outras para a questão econômica. Surgem assim programas cuja preocupação central é a questão do acesso físico, como por exemplo, o programa PC Conectado, a criação de tele-centros, entre outras, que se propõe a enfrentar o problema do acesso econômico às novas tecnologias. Sem desprezar estes aspectos, fundamentais sem dúvida, existe por outro lado a questão cultural. A batalha pela inclusão digital deve se dar em todos os aspectos, mas o mais importante para o seu sucesso, a nosso ver, esta ligado ao que poderíamos chamar de práticas culturais, isto é, a maneira de proceder e as relações que precisam ser estabelecidas para operar estas novas tecnologias. Se não estabelecemos estratégias que dêem sentido e associem a sua utilização a resultados práticos para os setores que se pretende integrar, e de capazes de incorporá-las ao seu cotidiano, os resultados são muito precários. As experiências começam a nos mostrar que a inclusão digital só se verifica aonde estas tecnologias aparecem como instrumentos deste cotidiano e vem associadas a vida comunitária, a cooperação e a solidariedade, como instrumentos fundamentais para sua viabilização. O que nos propomos a debater neste artigo são as estratégias de Inclusão Digital, a luz dos primeiros esforços empreendidos neste sentido.

Sala 05

Coordenadora: Lidia Brandão

Autor: Lúcia Helena Ciccarini Nunes

Co-Autora: Carolina Saliba

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Título: Formação de Redes Tecnológicas de Inclusão Digital: a experiência dos Centros Vocacionais Tecnológicos de Minas Gerais

Resumo:

"O dever de prestar contas é quase tão antigo quanto a humanidade sedentária. Porém, ele não é só mais uma dentre as várias formas de controle social : é a única que cumpre essa finalidade." (Seminário Internacional sobre Transparência Fiscal-1998 em Ouro Preto-MG). A inclusão digital é um dos mecanismos perfeitos para promover a universalização do acesso à informação pública. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros mecanismos legais com finalidade de assegurar a democratização dos serviços públicos, compete aos diversos

níveis de governo promover a organização, a oferta e o controle dos serviços de inclusão digital. Neste sentido, obedecendo às diretrizes legais e acompanhando tendências mundiais, o governo mineiro cria, em 2004, o Programa de Inclusão Digital classificando-o como estruturador e prioritário no PMDI e PPAG. Em seu escopo foram propostos projetos de capacitação de agentes multiplicadores para ações de democratização, socialização de informações e desenvolvimento de novas tecnologias nos sessenta Centros Vocacionais criados em municípios mineiros. Este artigo tem por objetivo descrever a concepção, metodologia, modelo de desenvolvimento e os mecanismos de gestão do projeto resultante de parceria entre o Governo do Estado de Minas Gerais e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais para execução de projeto de capacitação gerencial dos agentes públicos e voluntários dos Centros Vocacionais Tecnológicos - CVT's. Discute, ainda, o caráter estruturador e inovador da iniciativa nos programas de inclusão digital no País.

Autor: Marilée Patta e Silva

Co-Autor: Antônio Eugênio Silva

Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Título: Exclusão Digital: Um Estudo Quantitativo na Cidade de Montes Claros

Resumo:

As tecnologias da informação e comunicação vêm transformando a realidade social. As pessoas, em geral, dependem de tais tecnologias. O conhecimento tornou-se um dos principais fatores de superação de desigualdades, de agregação de valor, de criação de emprego qualificado e de propagação do bem-estar. Faz-se imprescindível, a inserção dos indivíduos na sociedade da informação. Para isso, ações devem ser implementadas, uma delas, a diminuição da exclusão e o aumento da inclusão digital, ou seja, o processo de prover conhecimento e tecnologias aos indivíduos para que possam buscar informações que auxiliem na resolução de problemas pessoais e profissionais. Neste contexto, realizou-se um estudo para detectar a quantidade e o perfil de cidadãos excluídos digitalmente, na cidade de Montes Claros situada no norte do estado de Minas Gerais. Junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística obtiveram-se a divisão da cidade em setores, a população dos bairros e a população total. Os bairros pesquisados foram escolhidos por sorteio. Utilizando-se a teoria estatística da amostragem, foi calculado o número de pessoas entrevistadas (992) na cidade e em cada bairro. Foram coletados dados dos bairros Ibituruna, São Luiz, Morada do sol, Vila Mauricéia, Vila Oliveira, Guarujá, Interlagos, Independência, Vila Sion, Distrito Industrial, Maracanã, Santo Antônio, São José, Todos os Santos, Centro, Vila Santa Maria, Morada do Parque e Delfino Magalhães. Para a difusão dos resultados, um sistema de informação foi desenvolvido e se encontra no endereço www.unimontes.br/exclusao. Nele, estão disponíveis os resultados, por sexo, por escolaridade, por renda, por bairros e setores, o total geral e um relatório técnico que descreve todos os resultados e realiza análises. Conhecendo-se tal mapeamento, ações personalizadas podem ser traçadas para diminuição da exclusão e aumento da inclusão digital, podendo, assim, aumentar a inclusão social.

Autor: Mauro Araújo Câmara

Instituição: Escola de Ciência da Informação ECI-UFMG

Título: Inclusão digital via telecentros: um estudo de caso em Belo Horizonte

Resumo:

A emergência da "Sociedade da Informação" manifesta-se por um conjunto de transformações significativas nas mais diferentes dimensões. A informatização da sociedade, com a ampliação do uso de tecnologias e redes de informação e de comunicação, conduz a mudanças e exerce pressões sobre o Estado alterando sua forma de atuar. Surgem diversos programas com o objetivo de proporcionar a inclusão social, representada como um bem comum e direito de todos em participar dessa nova sociedade. O artigo analisa os telecentros como instrumento de inclusão digital e a utilização do software livre como suporte para sua instalação e expansão. Por meio de pesquisa qualitativa, realizou-se um estudo de caso em um programa governamental de inclusão digital em Belo Horizonte, Minas Gerais. A análise identificou a visão de inserção do programa, bem como a forma de implantação, o seu planejamento, o conteúdo e os resultados alcançados, com base nas concepções de apropriação informacional com o sentido de capacitação em tecnologia da informação. Os resultados da pesquisa indicaram que os usuários utilizavam o telecentro como fonte de lazer,

pesquisa escolar e busca de trabalho e renda. Concluiu-se que o telecentro é uma estratégia fundamental para o processo de inclusão digital e deve ser incentivado o uso de software livre para sua ampliação.

Autor: SIVALDO PEREIRA DA SILVA

Instituição: Universidade Federal da Bahia - Ufba

Título: Política e ciberespaço: graus de participação democrática no uso da internet

Resumo:

O desenvolvimento de tecnologias digitais de comunicação no final do século XX tem reforçado um importante debate sobre participação civil nas democracias liberais contemporâneas. Sobretudo, porque estes novos meios possuem potencialidades técnicas de interação mais horizontais, quando comparados aos meios anteriores como a Televisão e o rádio, o que, em princípio, disponibilizaria maior possibilidade de diálogos políticos dos cidadãos com seus respectivos governos e dos cidadãos entre si. Este conjunto de discursos, teorizações e experimentações que empregam as TICs para mediar relações políticas, estendendo as possibilidades de participação democrática nos sistemas políticos vigentes, é o que vem sendo chamado de "democracia digital" (ou "ciberdemocracia"). A cidade, com seu ligamento socio-político mais estreito, tem sido um importante espaço para o desenvolvimento de projetos neste sentido. Diante de tal quadro, o paper tem o objetivo de analisar se e como os governos municipais das principais cidades brasileiras (capitais das unidades que compõem a Federação) estão empregando as novas tecnologias da comunicação e informação (TICs), especificamente a Internet, para melhorar a participação do cidadão nos assuntos de concernência pública. A configuração de uma "democracia digital" ou "ciberdemocracia" é constituída por esta pluralidade de sentido e de legitimação. Tendo isso em vista, o estudo foi baseado na existência de cinco graus de participação democrática neste emprego político das TICs. Como corpus empírico, foram analisados vinte e quatro portais (sítios na rede mundial de computadores) das capitais brasileiras presentes na rede mundial de computadores. A pesquisa visou encontrar e tipificar elementos de conteúdo textual, ferramentas de interação, disposição gráfica; buscando análises comparativas entre os portais analisados, apontando convergências, distinções, padrões e mapeando características gerais que podem caracterizar a existência destes graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos municipais das capitais brasileiras.